

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
GISLAINE IMACULADA DE MATOS

ESTUDOS DE GÊNERO E FEMINISMOS:
uma análise bibliométrica da Revista Estudos Feministas

MARÍLIA
2018

GISLAINE IMACULADA DE MATOS

ESTUDOS DE GÊNERO E FEMINISMOS:
uma análise bibliométrica da Revista Estudos Feministas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ely Francina Tannuri de Oliveira.

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Suellen Oliveira Milani

MARÍLIA
2018

Matos, Gislaine Imaculada de.
M433e Estudos de gênero e feminismos : uma análise bibliométrica
da revista Estudos feministas / Gislaine Imaculada de Matos. –
Marília, 2018.
68 f. ; 30 cm.

Orientador: Ely Francina Tannuri de Oliveira.
Co-orientador: Suellen Oliveira Milani.
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de
Filosofia e Ciências, 2018.
Bibliografia: f. 55-60.

1. Feminismo. 2. Relações de gênero. 3. Medição da
informação. 4. Bibliometria. 5. Indicadores. 6. Análise de
domínio. I. Título.

CDD 020.182

Ficha catalográfica elaborada por Telma Jaqueline Dias Silveira - CRB 8/7867

GISLAINE IMACULADA DE MATOS

ESTUDOS DE GÊNERO E FEMINISMOS:
uma análise bibliométrica da Revista Estudos Feministas

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação defendida pela autora citada para a obtenção do título de MESTRE EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO pela Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Ely Francina Tannuri de Oliveira – Orientadora
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Marília/SP

Prof^a. Dr^a. Maria Cláudia Cabrini Grácio
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Marília/SP

Prof. Dr. Leandro Innocentini Lopes de Faria
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) – São Carlos/SP

Marília, 12 de janeiro de 2018.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me permitir a experiência desta vida, me trazendo sempre ensinamentos com cada adversidade, me fortalecendo sempre mais para as próximas que possam vir.

À minha orientadora Dra. Ely Francina Tannuri de Oliveira, que me orientou desde a iniciação científica na graduação em 2008, e desde então viemos aumentando o laço para além da relação orientador-orientando, estando sempre presente como orientadora e amiga.

À minha co-orientadora Dra. Suellen Oliveira Milani, que passou a me auxiliar após a qualificação, mas que foi essencial para a melhoria desta dissertação, principalmente no que se refere à Organização do Conhecimento.

Ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da UNESP de Marília, por terem me concedido afastamento por alguns meses, e que foi essencial para um melhor desenvolvimento da minha pesquisa, além de todo suporte necessário.

À Dra. Maria Cláudia Cabrini Grácio e Dra. Jacqueline Leta, pelas considerações apontadas na banca de qualificação.

À minha mãe e meu padrasto Marcos, por toda paciência, apoio e cuidado que tiveram comigo nestes últimos anos que foram cruciais para que eu chegasse até aqui.

À minha melhor amiga Telma, que também é como uma mãe e irmã, que todo este tempo me recebeu em sua casa com sua família em Marília, onde também sinto como um lar.

Ao meu noivo Denis, que também foi muito paciente e não mediu esforços para que eu não desanimasse e seguisse firme para concluir esta meta.

Ao meu irmão Maeldson, minha irmã Verônica, que cada um do seu jeito, me apoiaram conforme suas possibilidades, mas estando sempre presentes.

Ao psicólogo Fabio Batista, por me ajudar a caminhar pela jornada do autoconhecimento, caminhada ainda longa que tem me feito crescer como indivíduo.

Ao doutorando Bruno Henrique Alves e à doutoranda Renata Cristina Gutierrez Castanha, que me ajudaram com a rede de coautorias, no software Ucinet.

Por último, por que não agradecer aos cachorros Jason, Mel, Lessie, Tigre, Nick e Lobo que me alegraram com toda a energia que possui um efeito melhor do que qualquer remédio para ansiedade.

“A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir.”

Hannah Arendt

RESUMO

Os estudos de gênero e feministas vêm sendo estudado como campo científico desde o início dos anos 1990. Para análise das atividades científicas nessa área, deve ser considerado o contexto social, histórico e cultural para obter resultados mais consistentes. Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a produção científica acerca do domínio “Feminismo e Estudos de Gênero”, por meio da aplicação de indicadores bibliométricos, aos artigos publicados entre 2001 a 2016 no periódico Revista Estudos Feministas (REF), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Como objetivos específicos, procura-se identificar e analisar as tendências atuais na comunidade científica sobre os tópicos abordados pelo periódico, criando um mapeamento de sua produção a partir dos seguintes indicadores: autores mais frequentes em produção e suas coautorias, temáticas mais frequentes, autores mais citados e origem geográfica dos autores, de forma a caracterizar o domínio. A pesquisa tem o caráter quantitativo e qualitativo, na medida em que analisa e contextualiza os dados a partir da perspectiva da epistemologia feminista. Como procedimento de pesquisa utilizou-se a base de dados *SciELO* como fonte de dados, o *Microsoft Excel* para confecção e apresentação de tabelas e gráficos, o Tesauro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres para a seleção das temáticas mais frequentes e o software Ucinet para confecção da rede de coautorias. Observou-se que mais da metade dos autores (67,85%) publicam em autoria individual, sendo a falta de investimento nas Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas uma causa que pode ser considerada. A aplicação da análise de citação demonstrou que há um grande embasamento epistemológico e sociológico dos artigos, além de uma preocupação com políticas públicas. Na análise de temáticas mais frequentes houve uma maior quantidade de publicações relacionadas a questões teóricas e voltadas para temas emergentes como violência contra mulheres e também pesquisas direcionadas à melhoria de políticas públicas. As temáticas que não foram tão acentuadas apresentam áreas que podem receber uma maior atenção dos pesquisadores de Estudos de Gênero e Feminismos, sendo elas: “Educação”; “Ciência e Tecnologia”; “Economia e Emprego” e “Comunicação, Artes e Espetáculo”. O aumento no número de artigos publicados sobre o tema nos últimos anos demonstra o incremento e a frequência do contraponto no debate. Além disso, a participação de autores estrangeiros no periódico corrobora a importância mundial dada ao estudo dessa temática, embora o volume de trabalhos ainda não seja o suficiente para fortalecer a discussão e tornar o tema de consistência maior. Deseja-se que essa análise sirva como instrumento de avaliação para a própria comunidade científica em questão, além de estimular outras pesquisas com diferentes abordagens envolvendo a temática Estudos de Gênero e Feminismos, visto que essas análises e temáticas envolvem tanto relações de poder, quanto a possível ruptura da tradição do modelo binário de gênero nas esferas da ciência, da política, das instituições e na sociedade de forma geral.

Palavras-chave: Feminismos. Estudos de Gênero. Estudos Métricos em Informação. Análise de Domínio.

ABSTRACT

Gender and feminist studies have been researched as a scientific field since the beginning of the third feminist wave in the 1990s. For the analysis of scientific activities in this area, the social, historical and cultural context must be considered in order to obtain more coherent results. This research has the general objective to analyze the scientific production on the domain "Feminism and Gender Studies", through the application of bibliometric indicators, in the the articles published between 2001 and 2016 in the Journal of Feminist Studies of Federal University of Santa Catarina (UFSC). As specific objectives, intended to identify and analyze the current trends in the scientific community about the topics covered by the journal, creating a mapping of their scientific production from the following indicators: more frequent authors in production and their coauthories, more frequent themes, most cited authors and geographical origin of the authors, in order to characterize the domain. The research has the character quantitative and qualitative, in that it analyzes and contextualizes the data from the perspective of feminist epistemology. As a research procedure, the *SciELO* database was used as data source, Microsoft Excel for the preparation and presentation of tables and graphs, the Thesaurus for Gender Studies and Women for the selection of the most frequent themes and the Ucinet software for the creation of the co-authoring network. It was observed that more than half of the authors (67.85%) published in individual authorship, being the lack of investment in the Human Sciences and Applied Social Sciences a cause that can be considered. The application of the citation analysis demonstrated that there is a great epistemological and sociological basis of the articles, besides a concern with public policies. In the analysis of the most frequent themes, there was a greater amount of publications related to theoretical issues and focused on emerging issues such as violence against women and also research aimed at improving public policies. The themes that have not been so accentuated present areas that can receive greater attention from the researchers of Gender Studies and Feminisms, being: "Education"; "Science and technology"; "Economy and Employment" and "Communication, Arts and Entertainment". The increase in the number of articles published on the topic in recent years demonstrates the increase and frequency of the counterpoint in the debate. In addition, the participation of foreign authors in the journal corroborates the worldwide importance given to the study of this subject, although the volume of work is still not enough to strengthen the discussion and make the theme of consistency greater. It is expected that this analysis will serve as an evaluation tool for the scientific community in question, besides stimulating other researches with different approaches involving the theme Gender Studies and Feminists, whereas these analyzes and themes involve both relations of power and the possible rupture of the tradition of the binary gender model in the spheres of science, politics, institutions and general society.

Keywords: Feminisms. Gender Studies. Metric Studies in Information. Domain Analysis.

LISTA DE QUADROS, TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Conceitos do Periódico Revista Estudos Feministas no evento de Classificação Qualis Capes (2014)	40
-----------------	--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Trabalhos indexados na BRAPCI, com a busca do único termo “Gênero”, entre os anos de 1990 e 2017.....	25
Tabela 2	- Autores mais frequentes na produção científica da Revista Estudos Feministas (2001-2016).....	42
Tabela 3	- Distribuição de bolsas do CNPq, em todas suas modalidades de financiamento, por grande área.....	45
Tabela 4	- Quantidade de artigos na REF classificados nas grandes áreas de assuntos do Tesauro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres, na Revista Estudos Feministas (2001-2016).....	46
Tabela 5	- Autores/as com pelo menos 17 citações na Revista Estudos Feministas (2001-2016).....	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Origem geográfica dos autores estrangeiros.....	50
Gráfico 2	- Origem geográfica dos autores brasileiros, por região.....	51

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Rede de colaboração científica entre os autores mais produtivos da Revista Estudos Feministas (2001-2016).....	43
Figura 2	- Mapa de Investimentos do CNPq – Área de Ciências Sociais Aplicadas.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Domínio
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FCC	Fundação Carlos Chagas
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GEERGE	Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Mackenzie	Universidade Presbiteriana Mackenzie
NUPSEX	Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero
ORC	Organização do Conhecimento
PAISM	Programas de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PUC-MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
REF	Revista Estudos Feministas
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Unifor	Universidade de Fortaleza

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	14
2.1	ESTUDOS DE GÊNERO E FEMINISTAS NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	16
2.2	ANÁLISE DE DOMÍNIO.....	27
3	ESTUDOS BIBLIOMÉTRICOS E AVALIAÇÃO CIENTÍFICA.....	31
3.1	INDICADORES BIBLIOMÉTRICOS: PRODUÇÃO, CITAÇÃO E LIGAÇÃO	33
4	METODOLOGIA.....	37
4.1	PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	37
4.2	CARACTERIZAÇÃO DO CORPUS: REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS...	39
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	41
6	CONCLUSÕES.....	53
	REFERÊNCIAS.....	55
	APÊNDICE A - Matriz de coautoria confeccionada no Microsoft Excel, essencial para gerar a rede de Colaboração Científica no UCINET.....	62
	Apêndice B – Termos específicos encontrados em cada uma das grandes áreas do Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres, nos artigos da Revista Estudos Feministas (2001-2016).....	63

1 INTRODUÇÃO

Pesquisas relacionadas aos Estudos de Gênero e Mulheres vêm crescendo exponencialmente na última década, advinda de uma maturação epistemológica e política intensificadas em torno da questão feminina. Portanto, é pertinente considerar e evidenciar a questão de gênero e toda sua diversidade temática na ciência.

Os estudos de gênero derivaram do próprio movimento feminista (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649). Desta forma, falar sobre gênero implica em falar sobre as mulheres e as relações existentes, como políticas públicas, questões trabalhistas, diferenças dos papéis sociais entre homens e mulheres, além de questões de sexualidade, etc.

No Brasil, os estudos de gênero e feministas ganharam força nos anos 1970, estando diretamente ligados com movimentos sociais da época, incluindo a anistia de presos políticos, a luta dos movimentos por direito à terra dos grupos indígenas e camponeses, contra o racismo e diferentes minorias, ampliando a pauta feminista e tornando-a mais interseccional (COSTA, 2005, p. 5). Nos anos 1990 surgiram grupos de pesquisa na área e periódicos especializados, incluindo a Revista Estudos Feministas, que será aqui analisada.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a produção científica acerca do tema “Feminismos e Estudos de Gênero” dos artigos publicados entre 2001 e 2016 no periódico “Revista Estudos Feministas” (REF), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), de modo a dar visibilidade e aprofundar o conhecimento do domínio em questão.

Como objetivos específicos, propõe-se identificar e analisar as tendências presentes na comunidade científica acerca dos temas abordados pelo periódico estudado, criando um mapeamento de sua produção científica, a partir dos seguintes indicadores: autores mais frequentes em produção e suas coautorias, temáticas mais frequentes, autores mais citados e origem geográfica dos autores, de forma a caracterizar este domínio.

Justifica-se esta pesquisa pelo interesse acadêmico adicionado à curiosidade em descobrir como as questões relativas aos “Feminismos e Estudos de Gênero” vem sendo estudada e pesquisada no Brasil, visto a escassa existência de pesquisas desta natureza. Além disso, essa pesquisa fornece subsídios para

estudiosos tanto na área de estudos de gênero e para mulheres quanto para estudos métricos em informação – uma vez que trata dessa temática, por meio de estudos bibliométricos, visto que utiliza da bibliometria em sua metodologia. Outra contribuição deste estudo é na Organização do Conhecimento, onde poderá auxiliar bibliotecários e outros profissionais da informação na seleção de materiais nessa temática como, por exemplo, por meio da análise de citação, que será abordada mais detalhadamente durante a sequência da dissertação.

Com relação ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) de Marília, esta dissertação está inserida a linha 2 denominada “Produção e Organização da Informação”, que possui o seguinte trecho na ementa abaixo, retirada da página do Programa no site da UNESP de Marília:

A dimensão teórica que fundamenta a produção e a organização da informação encontra subsídios na organização do conhecimento (notadamente em suas relações interdisciplinares com a Lógica, a Linguística, a Terminologia, a Semiótica e a Análise de Domínio) e na teoria da ciência, enquanto a dimensão aplicada se efetiva a partir dos estudos métricos (Informetria, Cienciometria, Bibliometria e Webometria), de tipologia documental, dos instrumentos e produtos de organização da informação, e das questões de formação e atuação profissional na área.

Desta forma, esta pesquisa está inserida na ementa do PPGCI da UNESP, visto que utiliza dos Estudos Métricos (bibliometria) e a partir desta metodologia busca caracterizar um domínio: o de Estudos de Gênero e Feminismos.

O periódico escolhido como fonte de informação para este estudo é o pioneiro no Brasil. Segundo o próprio escopo divulgado pelo editorial do periódico no *SciELO*, A Revista Estudos Feministas tem o objetivo de:

...divulgar a vasta produção de conhecimento no campo dos estudos feministas e de gênero, buscando dar subsídios aos debates teóricos nessa área, bem como instrumentos analíticos que possam contribuir às práticas dos movimentos de mulheres.

Existe ainda a motivação inicial desta pesquisa, que surgiu com a participação desta mestranda em movimentos sociais relacionados à questão da mulher e, a partir disso, houve interesse em verificar como tem se desenvolvido o domínio de Estudos de Gênero e Estudos Feministas no Brasil.

Segundo Beleli (2013, p. 638), existem debates na academia sobre a

pertinência, a importância e o reconhecimento da pesquisa acerca do feminismo, tema que se constitui em desafio para os pesquisadores da área. Assim, esta pesquisa servirá como instrumento de avaliação para a própria comunidade científica em questão, contribuindo de forma precisa e analítica para o pesquisador, por meio das informações que serão investigadas.

A escolha da análise bibliométrica da produção da Revista Estudos Feministas, deve-se à relevância do periódico em relação à comunidade científica da área específica em feminismo e estudos de gênero, conforme é possível destacar pelo conceito Qualis em que o periódico obteve na última avaliação, o conceito A1 na área de História, Letras e Linguística, Interdisciplinar, Antropologia/Arqueologia e Filosofia.

A dissertação foi organizada em alguns capítulos, sendo eles: “Produção e Organização do Conhecimento” e suas subseções “Estudos de Gênero e Feministas na Organização do Conhecimento” e “Análise de Domínio”; “Estudos bibliométricos em informação e avaliação científica” e a subseção “Indicadores bibliométricos: produção, citação e ligação”; seguido da “Metodologia” e suas subseções “Procedimentos de pesquisa” e “Caracterização do corpus: Revista Estudos Feministas”; “Apresentação e análise dos dados”; “Conclusões” e as referências utilizadas como embasamento teórico. Acrescentam-se ainda os apêndices “Matriz de coautoria confeccionada no Microsoft Excel, essencial para gerar a rede de Colaboração Científica no UCINET (Apêndice A)” e “Termos específicos encontrados em cada uma das grandes áreas do Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres, nos artigos da Revista Estudos Feministas (2001-2016) (Apêndice B)”.

Após esta introdução, no Capítulo 2 apresentam-se conceitos básicos sobre Produção e Organização do Conhecimento (ORC), como “dado”, “informação” e “conhecimento”, além dos fundamentos da ORC e o papel do profissional bibliotecário. Seguindo pela subseção 2.1 é exposta uma breve historiografia do feminismo como movimento social, trazendo também explicações sobre algumas vertentes feministas e como tem se apresentado essa questão na Organização do Conhecimento e Ciência da Informação.

Ainda no mesmo capítulo 2, subseção 2.2 a teoria da Análise de Domínio (AD) e as formas de identificar um domínio são abordadas, além do conceito de comunidade discursiva. Apresentam-se também as 11 abordagens da Análise de Domínio na Ciência da Informação, de Hjørland (2002). Também é identificado em

qual abordagem se enquadra essa pesquisa em questão e discorre sobre a epistemologia feminista.

Já no capítulo 3, apresenta-se um breve o histórico dos estudos métricos em informação e os indicadores de produção, citação e ligação.

No Capítulo 4 é apresentada a metodologia e quais os procedimentos que viabilizaram o desenvolvimento desta pesquisa, além da caracterização do corpus, o periódico “A Revista Estudos Feministas”, objeto e fonte de informação aqui utilizado.

No Capítulo 5, evidencia-se a apresentação e análise dos dados coletados, apresentando os indicadores em seções, sendo eles: autores mais frequentes em produção e suas coautorias, temáticas mais frequentes, autores mais citados e origem geográfica dos autores.

No Capítulo 6, são apresentadas as conclusões seguidas das referências utilizadas no decorrer da pesquisa.

Desta forma, este trabalho pode trazer subsídios a todos que estejam envolvidos com os Estudos Métricos em Informação e também com Estudos de Gênero e Feminismos, servindo como motivação para ampliar as discussões sobre esses temas.

2 PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Para expormos sobre Organização do Conhecimento (ORC), torna-se essencial definir o que é *conhecimento*, além dos conceitos de *informação* e *dado* na Ciência da Informação. Há diversos conceitos na Ciência da Informação e outras áreas, sendo que evidentemente esses três estão interligados.

Com relação ao conceito de *dado* (ou “dados” no plural), Semidão (2014, p. 75) apresenta uma definição do dicionário impresso de Oxford de 1933, como sendo “uma coisa dada ou concedida; algo conhecido ou suposto como fato, e feito base para raciocínio ou para cálculo; uma suposição ou premissa da qual são elaboradas inferências”. O autor continua com o conceito vindo de uma atualização do mesmo dicionário, desta vez de 2013, onde traz os seguintes conceitos: “fatos e estatísticas coletadas juntas para fim de referência ou análise”, “coisas conhecidas ou assumidas como fatos, e constituindo a base do raciocínio ou cálculo”, “uma suposição ou premissa a partir da qual inferências podem ser tiradas” e ainda “um pedaço de informação”.

Há uma variedade de conceitos sobre *informação* na Ciência da Informação. Silva e Gomes (2015, p. 146) apresentaram 21 conceitos reconhecidos, na CI, entre eles:

- “Informação é aquilo que é capaz de alterar uma estrutura.” (BELKIN; ROBERTSON, 1976).
- “A informação é um elemento que promove transformações nas estruturas do indivíduo, sendo essas estruturas de caráter subjetivo ou objetivo.” (BROOKES, 1980).
- “Informação consolidada – conjunto de mensagens; sentido atribuído aos dados; é um texto estruturado; adquire naturalmente valor na tomada de decisões.” (SARACEVIC; WOOD, 1986).
- “Conceito social de informação no âmbito da análise de domínios e comunidades discursivas.” (HJØRLAND, 2002).

Nesse último conceito de informação de Hjørland (2002), o que o autor trata como “análise de domínio” e “comunidades discursivas” serão apresentados no Capítulo 2.2 (Análise de Domínio).

Entende-se então que a informação é um conceito polissêmico. Para Capurro

e Hjørland (2007), os critérios sobre o que conta como informação são formulados por processos sócio-culturais e científicos. Como consequência, a informação acumulada no indivíduo pode gerar conhecimento, que é traduzido em produções científicas, filosóficas, literárias...

A Organização do Conhecimento possui uma sólida relação com a Biblioteconomia, visto que trás consigo aportes teóricos para ordenação, representação e recuperação da informação registrada. Sobre o histórico de como surgiu o termo Organização do Conhecimento, Pinho (2006, p. 16) apresenta:

Henry Evelyn Bliss foi o primeiro pesquisador a utilizar a expressão “Organização do Conhecimento” em seus livros, a saber: *The Organization of Knowledge and the System of Sciences*, publicado em 1929; e, *Organization of Knowledge in Libraries and the Subject Approach to Books*, datado de 1933.

O conceito de Organização do Conhecimento na Biblioteconomia e Ciência da Informação, para Hjørland (2003, p. 87), “significa especialmente a organização da informação em registros bibliográficos, incluindo índices de citação, texto completo e internet”. Para Barité (2001) a ORC como disciplina dá conta do desenvolvimento de técnicas para a construção, a gestão, o uso e a avaliação de classificações científicas, taxonomias, nomenclaturas e linguagens documentárias.

O trabalho do profissional bibliotecário na Organização do Conhecimento se torna então fundamental, visto que é especificamente capacitado em processos de classificação e indexação de assuntos. Fox, Martínez-Ávila e Milani (2017, p. 240) expõem sobre o poder que é dado ao bibliotecário para nomear os assuntos de documentos, impondo assim um controle à linguagem, que influencia diretamente o acesso e consequentemente a recuperação da informação.

Uma questão atual e relevante para a Organização do Conhecimento se refere à representação de assuntos que possuem interseccionalidade. Seria o caso, por exemplo, de um documento que trate de mulheres negras e lésbicas.

Fox, Martínez-Ávila e Milani (2017, p. 240), sobre isso apresentam que,

Pouco se tem escrito sobre os problemas enfrentados pela representação dos grupos marginalizados unidimensionais, nos catálogos de bibliotecas, porém, quando pensamos nos tipos de problemas que poderiam afetar grupos marginalizados multidimensionais, também conhecidos como grupos interseccionais, isto é, pessoas que pertencem a mais de um grupo marginalizado (por exemplo: mulheres negras), encontramos apenas os estudos empreendidos por Fox (2016), Martínez-Ávila (2013), Hogan

(2010), de la tierra (2008) e Olson (2002) e tatiana de la tierra (2008).

Nesse sentido, Pinho (2009) acrescenta que essa questão da inclusão perpassa pela linha da Ética na Organização e Representação do Conhecimento como um todo, independente da comunidade discursiva (mulheres, religiosos, grupos políticos, etc.).

Esse paradigma da inclusão (que não deixa de ser um metavalor) se situa entre dois extremos complicados e nos quais o bibliotecário e o gestor da informação devem tomar a devida cautela para não cair, por um lado, no viés do preconceito social e, por outro, no do proselitismo que muitas vezes as comunidades discursivas se utilizam para mostrar sua face. Ou seja, a organização e a representação não podem servir a nenhum desses aspectos: nem servir à exclusão, por meio do preconceito, nem servir de propaganda, por meio de proselitismo (uma vez que se teria um preconceito às avessas, ou no sentido contrário). (PINHO, 2009).

No Brasil, em 1998 surgiu o “Tesouro para Estudo de Gênero e sobre mulheres”, criado e editado pela Fundação Carlos Chagas (FCC). Esta primeira edição ainda não foi atualizada desde então e tem possibilitado o auxílio a muitos bibliotecários e estudiosos da área de Estudos de Gênero, atendendo então aspectos da inclusão no domínio de gênero e sobre mulheres. Este tesouro será apresentado no Capítulo 4 (Metodologia), pois foi utilizado em um dos indicadores desta pesquisa.

A seção a seguir apresenta um histórico do movimento feminista e os Estudos de Gênero, além de sua relação com a Ciência da Informação e Organização do Conhecimento.

2.1 ESTUDOS DE GÊNERO E FEMINISTAS NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Durante vários séculos, as mulheres foram excluídas sistematicamente da possibilidade de receber instrução profissional, de ter acesso ao conhecimento, de votar, além de tantos outros impedimentos e limitações, sendo que alguns deles seguem até os dias atuais, como por exemplo, o fato de que ainda são objetos de discriminação nos seus locais de trabalho, além de vítimas frequentes da violência doméstica e sexual.

Desde o século XX, especialmente entre os anos 1930 e 1970, surgem

movimentos organizados por mulheres, incluindo os movimentos feministas, a partir da formação de grupos de acadêmicas que começaram a problematizar a produção do conhecimento por um viés crítico, gerando os estudos feministas (*Feminist studies*) ou os estudos de mulheres (*Women studies*).

No Brasil, o movimento feminista teve início no fim do século XIX, com a chamada “primeira onda”. Assim como em outros países, as reivindicações tinham como objetivo principal o direito ao voto (sufrágio feminino) e à vida pública (como o direito ao trabalho sem a permissão do marido). Segundo Costa (2005, p. 6), com a conquista ao voto no Brasil, apenas a partir de 1980, o eleitorado feminino passou a ser um público ao quais os partidos políticos queriam atingir.

O avanço do movimento fez do eleitorado feminino um alvo de interesse partidário e de seus candidatos, que começaram a incorporar as demandas das mulheres aos seus programas e plataformas eleitorais, a criar Departamentos Femininos dentro das suas estruturas partidárias. (COSTA, 2005, p. 6).

A chamada “segunda onda” teve início nos anos 1970, quando os movimentos reivindicatórios em vários setores e em âmbito mundial criaram ambientação favorável ao movimento feminista. As mulheres brasileiras lutaram contra a ditadura militar, sendo que em 1975 formou-se o Movimento Feminista Pela Anistia. Além disso, as feministas buscavam nessa época o direito ao prazer e a se vestirem como queriam sem julgamentos. Foi nas décadas de 1970 e 1980 que surgiram os biquínis com calcinha de lacinhas nas laterais, a “asa-delta” e o fio dental, que rapidamente viraram moda nas praias. Também lutavam contra a violência sexual e pela valorização do trabalho das mulheres (COSTA, 2005, p. 6).

Na “terceira onda”, que se iniciou na década de 1990, segundo Ribeiro (2014, on-line).

...começou-se a discutir os paradigmas estabelecidos nas outras ondas, colocando em discussão a micropolítica. Apesar de que, as mulheres negras estadunidenses, como Beverly Fisher, já na década de 70, começaram a denunciar a invisibilidade das mulheres negras dentro da pauta de reivindicação do movimento. No Brasil, o feminismo negro começou a ganhar força no fim dessa década, começo da de 80, lutando para que as mulheres negras fossem sujeitos políticos.

Ainda sobre a terceira onda feminista, observa-se uma intensa intersecção entre o movimento político de luta das mulheres e a academia, quando começam a

ser criados - inclusive em universidades brasileiras - centros de estudos sobre a mulher, estudos de gênero e feminismos. Narvaz e Koller (2006, p. 649) apontam que “[...] o desafio nesta fase do feminismo é pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença na constituição das subjetividades masculina e feminina”.

No feminismo, a dicotomia “igualdade” e “diferença” são tratadas com o objetivo de buscar igualdade dentro das diferenças. Santos (1995), afirma que devemos “[...] lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem, lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize”.

No Brasil, algumas conquistas do movimento feminista estão presentes na Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, em seu inciso I “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. No artigo 7º, inciso XVII é assegurada “licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias”. Também são conquistas recentes a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, mais conhecida como “Lei Maria da Penha”, que pune a violência contra a mulher e a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, que altera o artigo 121 do Código Penal, prevendo o *feminicídio*¹.

Fox e Olson (2012, p. 79) destacam que os movimentos feministas possuem perspectivas distintas dentro do próprio feminismo, como por exemplo, os recortes de raça e classe, e aconselham usar o plural “movimentos feministas” ou “epistemologias feministas”, de forma que todos os tipos de abordagens sejam reconhecidos. Negrão (2002), citada por Narvaz e Koller (2006, p. 649), seguindo essa linha agrega que “[...] não há, na atualidade, um só feminismo, unívoco e totalizante, mas vários feminismos”. Desta forma, citam-se aqui algumas vertentes feministas:

- **Feminismo radical:** Ganha relevância nos anos 1970 e considera que, para libertar as mulheres, é necessário derrotar o patriarcado. Isso só seria possível se as mulheres adquirissem o controle sobre a reprodução (PISCITELLI, 2002). O termo “radical” não remete ao extremismo, mas sim ao fato de que as fundadoras dessa vertente acreditaram ter encontrado a “raíz” da dominação masculina, que seria o patriarcado².

¹ Feminicídio é o crime de ódio baseado no gênero, culminando no assassinato de mulheres.

² Apesar de ser uma palavra muito antiga, o termo “patriarcado” ganhou um novo sentido a partir dos anos 1970 com a segunda onda feminista. Atribui-se o sentido do termo no feminismo contemporâneo por Kate

- **Feminismo negro:** A mulher negra sofre dupla opressão (por ser mulher e negra). Assim como o transfeminismo (abaixo), o feminismo surge da ideia de que a mulher negra não é representada pelos outros feminismos, produzindo um debate mais profundo sobre raça e gênero. Inclui pautas como o genocídio da juventude negra, intolerância religiosa e a não valorização das religiões de matriz africana.
- **Transfeminismo:** Voltado especialmente às questões de transgeneridade, o transfeminismo surge do feminismo negro, visto que as mulheres trans não se sentem contempladas pelos outros feminismos, trazendo como um de seus conceitos centrais a interseccionalidade.
- **Feminismo interseccional (pós-moderno):** Procuram conciliar as demandas de gênero com as de outras minorias, como classe social, orientação sexual, raça, deficiência física. Esse é o feminismo que mais aceita a participação dos homens no movimento, contrariando as feministas radicais, que consideram os homens opressores por natureza. São exemplos de feminismo interseccional os já citados transfeminismo, feminismo negro e também o feminismo lésbico.
- **Anarcafeminismo ou feminismo libertário:** Esta vertente do feminismo entende que a emancipação feminina só se dará com a destruição do Estado e do sistema de classes, que consideram responsáveis pela opressão do gênero feminino. Busca a transformação da sociedade através do rompimento da dominação do patriarcado sem pretender estabelecer outras formas de domínio em seu lugar. O feminismo libertário luta por melhores condições de trabalho para as mulheres e procura atender, contesta as estruturas de poder que é em sua maioria masculina e se identifica também como um feminismo popular, rejeitando os estereótipos de gênero impostos culturalmente. Trata-se de um caminho para se vivenciar a anarquia para chegar à sociedade libertária. Emma Goldman (Lituânia), Itô Noe (Japão), Luisa Capetillo (Porto Rico) e Maria Lacerda de Moura (Brasil) e o movimento "*Mujeres Libres*" que surgiu durante a Guerra Civil Espanhola (1936 a 1939) são grandes representantes dessa vertente.

Millet, em sua obra "Sexual Politics" de 1971. Nesse contexto, o patriarcado seria então usado para designar o(s) sistema(s) que oprime(m) as mulheres, termo usado muitas vezes como praticamente sinônimos de "dominação masculina". (DELPHY, 2009).

- **Feminismo marxista:** Surge influenciado pela análise econômica marxista e assume uma dimensão de crítica radical ao capitalismo, que teve um grande desenvolvimento com a Revolução Industrial. Segundo Moraes (2000, p. 89), considerando a mulher como pertencente da classe trabalhadora, onde sequer gozavam dos direitos civis e políticos mais básicos, em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, de Engels, “a condição social da mulher ganha um relevo especial, pois a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes”.
- **Feminismo liberal:** Durante a Revolução Francesa foi escrito o documento “A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, onde não havia menção às mulheres. O feminismo liberal surge então com a luta para que a igualdade seja de fato realizada na prática, igualdade essa que foi difundida pelo Iluminismo na Revolução Francesa. Olympe de Gouges reescreve então o documento, mas com o novo título “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, onde “[...] proclamava que as mulheres também possuíam direitos inalienáveis, tais como a liberdade, a propriedade e o direito à resistência contra a opressão.” (NÓBREGA, 2015, on-line). As feministas liberais são muito conhecidas pela luta pelo direito ao voto (sufrágio), pelas famosas *suffragettes*. Essa luta foi muito importante nos Estados Unidos na primeira metade do século XX, e permitiu que as mulheres pudessem votar e serem votadas, ingressar nas instituições escolares e participar do mercado de trabalho. Nóbrega (2015, on-line) salienta que a partir disso “[...] lentamente também se observou uma mudança nos códigos civis, que passaram a proclamar a igualdade de direitos entre os cônjuges.”.

A partir dos estudos feministas foi que surgiram os estudos de gênero, com bastante influência de pesquisadores estadunidenses, que desenvolveram um conjunto de conceitos relativos aos estudos feministas e de gênero. No Brasil, tanto o movimento quanto os estudos feministas e de gênero se intensificaram na década de 1970, estando sempre articulados com outros movimentos sociais e populares da época, que iam desde a luta por moradia e melhores condições de vida das mulheres, até a luta pela criação de creches nas fábricas e universidades. Além dos movimentos políticos, incluindo anistia aos presos políticos, a luta contra o racismo,

pelos direitos à terra dos grupos indígenas do país, do movimento dos homossexuais e diferentes minorias.

Segundo Ribeiro (2014, on-line),

Simone de Beauvoir já havia desnaturalizado o ser mulher, em 1949, em *O Segundo Sexo*. Ao dizer que “não se nasce mulher, torna-se”, a filósofa francesa distingue entre a construção do “gênero” e o “sexo dado” e mostra que não seria possível atribuir às mulheres certos valores e comportamentos sociais como biologicamente determinados. A divisão sexo/gênero funcionaria como uma espécie de base que funda a política feminista partindo da ideia de que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído como algo que se impõe à mulher assumindo assim um aspecto de opressão. Essa base fundacional dual foi o ponto de partida para que a Butler questionasse o conceito de mulheres como sujeito do feminismo, realizando assim uma crítica radical a esse modelo binário e empreendendo uma tentativa de *desnaturalizar* o gênero.

Sobre a diferença entre Estudos de Gênero e Estudos Feministas, Narvaz e Koller (2006, p. 649, grifo nosso) apresentam que o foco dos Estudos Feministas “[...] se dá principalmente em relação ao estudo **das e pelas** mulheres, mantidas as estreitas relações entre teoria e política-militância feminista” e nos Estudos de gênero “[...] cujos pressupostos abarcam a compreensão do gênero enquanto categoria sempre relacional”.

Ainda sobre gênero, Bufrem e Nascimento (2012, p. 201) expõem que “[...] embora ainda utilizado como sinônimo de sexo, nas ciências sociais, o termo gênero expressa as diferenças construídas socialmente, independentemente de qualquer base biológica”.

Para Scott (1990, p. 86), o gênero “[...] é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um modo primordial de dar significado às relações de poder”. Já para Butler (2003), uma das primeiras teóricas da *teoria queer*³, o conceito de gênero vem para romper com o sistema binário de masculino e feminino. Em uma entrevista em 2015, a filósofa Judith Butler expõe:

Há entre o homem e a mulher diferenças hormonais, fisiológicas, nos cromossomos. Mas embora trabalhem com pensamento binário há variações, um *continuum* entre um e outro. Pesquisas revelam que biologia

³ O termo inglês queer é muito antigo e originalmente possuía uma conotação negativa e agressiva contra aqueles que rompiam normas de gênero e sexualidade. A Teoria Queer se consolidou por volta dos anos 1990, com a publicação do livro *Problemas de Gênero*, de Judith Butler. Nesta teoria, o conceito de gênero é construído socialmente como sendo algo fluido, quebrando paradigmas biológicos que definem gênero apenas a partir do sexo: apenas masculino e feminino.

não é determinação, que o gênero resulta de uma combinação única, em cada um de nós, de fatores biológicos, sexuais, de função social, do auto entendimento, da representação de gênero. Descobriu-se que os hormônios são interativos e há várias maneiras em que podem ser ativados. Inclusive o desenvolvimento dos neurônios está ligado ao ambiente. O que acontece depende em parte da vida que se vive.

Com relação ao domínio de Estudos de Gênero como campo científico, a partir da década de 1970, em meio a segunda onda feminista, as Ciências Sociais se deparam com a decomposição dos modelos clássicos e com a obsolescência de algumas noções como os termos “classe social” e “gênero”. Ou seja, com os novos movimentos sociais que emergem (como os movimentos anticoloniais, étnicos, raciais, de homossexuais, ecológicos e de mulheres), há o rompimento de alguns conceitos tradicionais inclusive na ciência e sociedade, questionando modelos e paradigmas, conforme Silva (2000, on-line).

Nesse contexto, Silva (2000, on-line) identifica essa fase como “de incertezas políticas e acadêmicas, visto que essas novas práticas sociais provocam novas questões para as ciências sociais”. Na Organização do Conhecimento, essa quebra de paradigmas que geram novos conceitos implica, por exemplo, em atualizações mais frequentes de tesouros.

No Brasil surge então, na década de 1970, o campo de Estudos de Gênero, com publicações acadêmicas marcadas com interesses políticos bem específicos e singulares, abordando as relações de gênero ligadas diretamente com os movimentos sociais, especialmente o movimento de mulheres. Lopes e Piscitelli (2004, p. 117) assinalam que há perspectivas na ciência que consideram esse campo como ainda não consolidado, mas discordam desse ponto de vista:

[...] acreditamos que os estudos de gênero, perpassando e envolvendo diversas áreas disciplinares com todas as suas diversidades e especificidades, conformam hoje no Brasil um campo de direito próprio. Isto é evidente não apenas no volume de pesquisas na área, em linhas específicas consagradas nas agências de fomento, mas também em seus cursos, congressos e, particularmente, em suas publicações, que garantem visibilidade e acesso ao campo. E também nesse campo, cujas fronteiras são ainda objetos de negociação e construção e, portanto de disputas teóricas, institucionais e políticas, as publicações científicas cumprem sua função básica de articuladoras das diferentes propostas e perspectivas de ação em desenvolvimento.

Entende-se a partir dessas afirmações que o feminismo por seu posicionamento crítico à racionalidade pode contribuir, como campo científico, na

quebra de paradigmas e de relações dicotômicas impregnadas na sociedade, relacionadas aos conceitos e estereótipos sobre masculino e feminino.

Os pontos importantes e peculiares acerca dos Estudos de Gênero incluem o fato de ser inter e multidisciplinar, agregando diferentes recortes epistemológicos, além do fato de assumir essa postura de ciência que não dissocia de movimentos sociais e de estratégias para transformação do ambiente externo da academia.

Também é relevante destacar que os estudos de gênero no Brasil vêm crescendo em qualidade e quantidade durante os últimos anos, com o surgimento de periódicos como o *Cadernos Pagu* (Universidade Estadual de Campinas), além da própria *Revista Estudos Feministas*, analisada nesta pesquisa. Também com a diversidade de encontros, seminários e congressos especializados, inclusive Programas de Pós-Graduação como o “Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo” (Universidade Federal da Bahia), ativo desde 2006.

Moore (1987, p. 28) relata sobre a primeira mulher a receber um diploma universitário (em filosofia), chamada Elena Cornara Piscopia, em 1678. Nessa época as universidades já estavam em funcionamento há quase 400 anos. A graduação de Elena Cornara atraiu uma multidão que teve que mover a cerimônia da Universidade de Pádua para a catedral. Agora, há quase 350 anos depois deste evento, as mulheres ultrapassaram o acesso ao ensino superior em relação aos homens.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2013, o percentual médio de ingresso de alunas mulheres no ensino superior foi de 55% do total em cursos de graduação presenciais. Se o recorte for feito para as que concluíram, dentre essas, o índice sobe para 60%.

Velho e León publicaram em 1998 uma pesquisa sobre a participação das mulheres no corpo docente e a suas produções científicas em quatro institutos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Neste estudo as autoras questionam que “[...] a despeito do crescimento significativo da participação feminina na academia nos últimos 20 anos, é raro o país que relata uma porcentagem maior do que 25% de mulheres em seu corpo docente” (VELHO, LEÓN, 1998, p. 316).

Nessa pesquisa aplicada em quatro institutos da Unicamp (“Instituto de Física”, “Instituto de Química”, “Instituto de Biologia” e “Instituto de História, Filosofia e Ciências Humanas”) a proporção de mulheres no período avaliado pelas autoras (1986 a 1993) foi de 30% no total.

Complementando esse resultado, Moore (1987, p. 28) afirma que embora tenha havido ganhos recentes para as mulheres como membros de corpos docentes em universidades, os lugares que ocupam tendem a estar nos níveis mais baixos como assistentes de pesquisas, instrutores e entre as categorias juniores. De fato, na pesquisa de Velho e León (1998, p. 329) essa hipótese de Moore foi confirmada, onde, por exemplo, os homens com o nível MS6 tinham, em média, “[...] acima de 20 anos na Unicamp, tempo equivalente ao de permanência na instituição, das mulheres MS4⁴”.

Olinto (2011, p. 71) ainda acrescenta, sobre essa discrepância das mulheres na carreira docente com relação aos homens que,

Outra dinâmica sugerida em algumas pesquisas, que pode contribuir para explicar a dificuldade maior das mulheres em galgar postos de maior destaque – sendo este um exemplo típico da presença do teto de vidro - diz respeito à necessidade que as cientistas têm de apresentar mais credenciais para obter o mesmo benefício, seja este uma promoção, uma bolsa de pesquisa ou outro tipo de vantagem acadêmica. Tal necessidade se faz notar em situações em que as mulheres são submetidas a avaliações pelos seus pares.

O incentivo a estudos que tenham como foco os diversos aspectos da divisão sexual do trabalho até as diferenças “[...] que se determinam ao longo da experiência escolar e ocupacional, incluindo as posições ocupadas nas mais altas hierarquias profissionais”, de acordo com Olinto (2011, p. 75), pode auxiliar na aproximação da superação das diferenças entre homens e mulheres no trabalho em geral, incluindo na pesquisa.

Na Ciência da Informação os estudos sobre gênero também vêm crescendo bastante, principalmente nos últimos dez anos. Uma pesquisa simples na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) utilizando o termo “gênero” retornou o resultado de 203 artigos (entre artigos de periódicos e publicações em eventos), entre o período de 1990 a 2017. É possível observar esse crescimento a partir da Tabela 1.

⁴ MS6 e MS4 são níveis de progressão dos docentes na Unicamp. MS1 equivale à Professor Auxiliar, MS2 à Professor Assistente, MS3 à Professor Assistente Doutor, MS4 à Professor Livre Docente, MS5 à Professor Adjunto e MS6 à Professor Titular, segundo Velho e León (1998).

Tabela 1 – Trabalhos indexados na BRAPCI, com a busca do único termo “Gênero”, entre os anos de 1990 e 2017

Ano	Número de artigos na BRAPCI
1990	0
1991	0
1992	1
1993	1
1994	3
1995	1
1996	1
1997	3
1998	5
1999	2
2000	4
2001	2
2002	3
2003	4
2004	2
2005	2
2006	7
2007	10
2008	7
2009	15
2010	13
2011	21
2012	22
2013	12
2014	14
2015	16
2016	17
2017	15

Fonte: BRAPCI (busca realizada no dia 14-11-2017)

Como essa busca utiliza apenas o termo “gênero”, e dessa forma poderia recuperar também artigos tratando de “gênero documental ou textual”, entre outras questões, também apresentamos aqui os estudos de Bufrem e Nascimento (2012) e de Dias e Lima (2012). Ambas as pesquisas publicadas em 2012, apresentam levantamentos e produções científicas sobre mulheres e gênero em periódicos específicos de Ciência da Informação.

No artigo de Dias e Lima (2012), as autoras fizeram uma busca na BRAPCI com o recorte de período entre 1972 e 2011, sendo que a recuperação dos trabalhos “[...] foi dinamizada a partir dos títulos e das palavras-chave mulher/es e relações/estudos de gênero”. Entre 1970 e 1989, não localizaram artigos com estes

termos. No período a partir de 1990 a 2011, as autoras recuperaram a seguinte quantidade:

No período de 1990-1999, foram recuperados: 05 artigos contendo o título mulher/mulheres e 05 estudos/relações de gênero, 04 artigos com as palavras-chave mulher/mulheres e 04 estudos/relações de gênero. Já no período de 2000-2009 foram localizados 07 títulos sobre mulher/es, 09 sobre estudos/relações de gênero, 10 com as palavras-chave mulher/mulheres e 15 sobre estudos/relações de gênero. No período de 2010-2011 foram encontrados 03 títulos sobre mulher/mulheres e 01 sobre estudos/relações de gênero, 01 com a palavra-chave mulher/mulheres e 07 sobre estudos/relações de gênero. Sobretudo, dentre as 71 buscas realizadas na BRAPCI, encontramos no total 15 repetições, entre palavras-chave e título. (DIAS, LIMA, 2012, p. 6).

Já no artigo de Bufrem e Nascimento (2012), apesar de também utilizarem a base de dados BRAPCI e o mesmo recorte temporal (1972 e 2011), as autoras foram além de apenas quantificar a quantidade de artigos sobre gênero na literatura em Ciência da Informação. Nesse estudo contabilizaram 74 artigos no total e utilizaram não apenas o termo “gênero”, mas também “mulher”, pois segundo as autoras “[...] se entende que ambos estão inseridos na temática de maneira complementar”.

Estendendo o uso de procedimentos bibliométricos nesta pesquisa, Bufrem e Nascimento (2012, p. 205) também apresentaram a informação de que os artigos foram escritos “[...] por 102 autores diferentes, dos quais somente 18 (16,22%) publicaram mais de um trabalho. Por conseguinte, encontrou-se um elevado índice de transitoriedade (83,78%)”.

Além disso, na modalidade de autoria, dos 74 artigos que foram analisados, 63,41% deles foram escritos por um único autor, o que segundo as autoras pode demonstrar falta de fomento que incentive à pesquisa colaborativa, ou seja, maior apoio financeiro que viabilize saídas de campo e reuniões presenciais de pesquisadores em torno de um mesmo objeto de pesquisa.

Nessas duas pesquisas, observa-se que até 2011, apesar de que ainda suave, houve um crescimento nos debates na Ciência da Informação sobre as questões de gênero. Já na Tabela 1, entre 2011 e a metade de novembro de 2017, já houve um impacto maior na quantidade de pesquisas envolvendo essa temática.

Outro ponto muito relevante na Organização do Conhecimento em que há diálogo com os Estudos de Gênero foi a primeira edição em 1998 do “Tesauro para Estudo de Gênero e sobre mulheres”, pela Fundação Carlos Chagas (FCC).

2.2 ANÁLISE DE DOMÍNIO

Há várias definições de domínio, sendo algumas delas apresentadas por (MAI, 2005) citado por Guimarães (2014, p. 17): “uma área de especialidade, um conjunto literário ou um grupo de pessoas trabalhando juntas numa organização”, ou, ainda, “uma área de conhecimento, atividade, interesse ou aplicação com limites definidos” (LLORENS, 2004).

O termo “Análise de Domínio” (AD) surgiu inicialmente na área de computação, a partir da publicação “A organização do conhecimento e o sistema das ciências”, de Evelyn Bliss, em 1931, conforme apresentado por Dahlberg (1993).

Na Ciência da Informação, a Análise de Domínio aparece como uma proposta metodológica, apresentando aspectos epistemológicos, ontológicos e até mesmo sociológicos, a partir de trabalhos teóricos e aplicados por Hjørland e Albrechtsen (1995); Moya-Anegón e Herrero-Solana (2001), Hjørland (2002, 2004), Tennis (2003), e Smiraglia (2011), dentre outros, conforme indicado por Guimarães (2014, p. 15).

Nesse contexto da Ciência da Informação, a Análise de Domínio surge como um grande suporte para estudar a evolução do discurso representado através de produtos formais (literatura científica) de uma comunidade de pesquisa, por meio da observação da interação temática dos pesquisadores, possibilitando o surgimento de novos conhecimentos à comunidade científica (SMIRAGLIA, 2011). Além disso, “constitui marcante abordagem para caracterização e avaliação da ciência, na medida em que permite identificar as condições pelas quais o conhecimento científico se constrói e se socializa” (GUIMARÃES, 2014, p. 15).

Outro ponto muito relevante da AD se refere à identificação do campo científico nas comunidades discursivas, onde há uma grande relação com a organização do conhecimento, por envolver a categorização de temáticas, de domínios do conhecimento. Nascimento e Marteleto (2004, on-line) definem as comunidades discursivas como “distintos grupos sociais sincronizados em pensamento, linguagem e conhecimento, constituintes da sociedade moderna”.

Pela perspectiva da Análise de Domínio, a informação é construída socialmente de acordo com o contexto em que o usuário se encontra (Hjørland; Albrechtsen, 1995). Dessa forma, as principais temáticas de determinado assunto formam **comunidades discursivas** que refletem, segundo Guimarães (2014, p. 16,

grifo nosso),

...uma construção social (um acordo intersubjetivo) que depende de considerações pragmáticas de seus membros e da interação social entre eles existente, a análise de domínio permite identificar as categorias fundamentais do campo (a partir das questões e tópicos que os pesquisadores da área consideram relevantes para estudo) e, por conseguinte, as bases para sua garantia literária.

Desse modo, o domínio constitui “uma importante unidade para a construção de sistema de Organização do Conhecimento (ORC)”, como destaca Guimarães (2014, p. 16).

A Análise de Domínio como abordagem para a ORC auxilia no estudo das questões epistemológicas para campos científicos diversos. A relação entre Epistemologia e Ciência da Informação possui um histórico complexo e amplo para explanar de forma detalhada em um trabalho onde este não é o tema central. Entretanto, impossível não citar, para melhor contextualização, os três paradigmas epistemológicos presentes na CI apresentados por Capurro (2003, on-line, grifo nosso), sendo eles: o paradigma físico, o cognitivo e o **social**.

Capurro (2003, on-line) define um paradigma como “um modelo que nos permite ver uma coisa em analogia com outra”. O autor ainda apresenta uma definição de Kuhn, sobre o que é uma situação “pré-paradigmática”, “na qual não há progresso científico, como seria no caso das Ciências Sociais, incluindo também a Ciência da Informação” (tradução nossa).

Relacionando então esses paradigmas com a Análise de Domínio, Capurro (2003, on-line) apresenta,

Hjørland e Albrechtsen (1995) desenvolveram um paradigma social-epistemológico chamado “análise de domínio” no qual o estudo do campo cognitivo está em relação direta com as comunidades discursivas (“discourse communities”), ou seja, com diferentes grupos sociais e trabalhistas que constituem uma sociedade moderna. Uma consequência prática deste paradigma é abandonar a busca por uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou um algoritmo ideal para modelar a recuperação da informação a que o paradigma físico e cognitivo aspira.

Sendo assim, foquemos aqui no paradigma social. Capurro (2003, on-line) ainda complementa que,

...o êxito ou o predomínio de um paradigma científico está sempre em parte condicionado às estruturas sociais e aos fatores sinérgicos, incluindo eventos fora do mundo científico, cujo efeito multicausal não só é difícil de prever, como também de analisar a posteriori.

Visto que tratamos nesta pesquisa do domínio “Feminismos e Estudos de Gênero”, entende-se este domínio como uma extensão de outros domínios como a Psicologia, o Direito, as Ciências Sociais, até mesmo a área de Saúde e etc., por ser um campo interdisciplinar. No Capítulo 4 será tratada a questão dos Estudos de Gênero e Feministas como Campo Científico.

No caso deste domínio de Estudos de Gênero e Feminismos, torna-se ainda mais evidente o que foi dito por Capurro (2003, on-line), pois muitas destas pesquisas estão condicionadas por fatores que envolvem além das comunidades acadêmicas, mas também a sociedade como um todo, como por exemplo, movimentos sociais que podem inclusive afetar diretamente na ruptura de paradigmas, através da mudança histórica.

Hjørland (2002, grifo nosso) apresenta então as onze abordagens da Análise de Domínio, numeradas abaixo.

1. Produção de guias de literatura e entradas de assunto (*“Producing literatur e guides or subject gateways”*);
2. Construção de classificações especiais e tesauro (*“Constructing special classifications and thesauri”*)
3. Indexação e recuperação de especialidades (*“Indexing and retrieving specialities”*)
4. Estudos empíricos de usuários (*“Empirical user studies”*)
- 5. Estudos Bibliométricos (*“Bibliometrical studies”*)**
- 6. Estudos Históricos (*“Historical studies”*)**
7. Estudos de Documentos e Gênero (*“Document and genre studie”*)
8. Estudos Epistemológicos e Críticos (*“Epistemological and critical studies”*)
9. Estudos Terminológicos, linguagem para propósitos especiais (LSP), bases de dados semânticas e estudos de discurso (*“Terminological studies, language for special purpos e (LSP), database semantics and discourse studies”*)
10. Estruturas e Instituições na Comunicação Científica (*“Structures and institutions in scientific communication”*)

11. Cognição Científica, Especialistas do Conhecimento e Inteligência Artificial (*“Scientific cognition, expert knowledge and artificial intelligence”*)

As abordagens de Hjørland (2002) que receberam destaque em negrito são as que foram identificadas como relacionadas com o domínio desta pesquisa em questão: Feminismos e Estudos de Gênero.

Dessa forma, torna-se de muita importância salientar que a combinação entre diferentes abordagens fortalece a identidade da pesquisa e a sua relação entre teoria e prática, visto que essas junções possibilitam pesquisas com maior nível de interdisciplinaridade. Assim, as abordagens que conversam entre si nesta dissertação é a abordagem de **Estudos Bibliométricos** e a de **Estudos Históricos**.

Para essa pesquisa, a abordagem dos Estudos Bibliométricos é utilizada como ferramenta e método na AD, mapeando a temática em estudo por meio dos diversos indicadores e principalmente a partir da Análise de Citação, onde é possível verificar em quais outras pesquisas os autores se fundamentam, podendo assim ser mais bem observada a relação criada dentro da própria comunidade discursiva, além de auxiliar na organização de padrões sociológicos de reconhecimento entre documentos individuais, neste caso os artigos da Revista Estudos Feministas.

Se tratando da abordagem dos Estudos Históricos, Hjørland (2002, p. 436) considera que os métodos históricos deveriam ser considerados métodos substanciais na Ciência da Informação. O autor acrescenta que entender a perspectiva e os métodos históricos em uma pesquisa de domínio é uma forma de aumentar a profundidade e coerência em comparação com pesquisas do tipo “não históricas” e de natureza mecanicista. Deste modo, para Análise de Domínio em Estudos de Gênero e Feminismos é substancial que o contexto histórico seja analisado.

Importante evidenciar que a abordagem dos Estudos de Documento e Gênero não deve ser confundida como se houvesse alguma relação direta com os Estudos de Gênero, visto que esta abordagem se refere às tipologias documentais e “as formas pelas quais os conceitos se articulam e se materializam a partir da tradição daquele domínio” (GUIMARÃES, 2014, p. 18).

3 ESTUDOS BIBLIOMÉTRICOS E AVALIAÇÃO CIENTÍFICA

Segundo Mugnaini, Carvalho e Campanatti-Ostiz (2006, p. 316), “para se entender a evolução de determinado campo da ciência, como forma de expressão do conhecimento humano produzido, são utilizadas técnicas de medição”. A ciência que mede a Ciência é denominada Cientometria que, apoiada em indicadores métricos, utiliza medidas (indicadores) que permitem traçar um perfil da produção do conhecimento, tanto em âmbito local, nacional ou internacional, de uma área, grupo ou instituição.

A partir da metade dos anos 90, verifica-se um crescimento contínuo dos estudos que utilizam metodologias quantitativas e indicadores que se prestaram a mensurar a produção científica nas mais diferentes áreas do conhecimento.

Considerando que, segundo Grácio e Oliveira (2011, p. 251) “[...] a produção científica é o conjunto de publicações geradas durante a realização e após o término das pesquisas por um pesquisador, grupo, instituição ou país [...]”, a utilização de indicadores bibliométricos torna-se uma importante ferramenta para avaliação da produção científica nas mais diferentes áreas do conhecimento.

Spinak (1998, p. 144) afirma que,

A atividade científica deve ser analisada e interpretada dentro do contexto social em que está inserida, uma vez que as avaliações de desempenho científico devem levar em conta o contexto social, econômico e histórico da sociedade em que se aplicam, não podendo, assim, ser medida em escala absoluta.

Sendo assim, utilizar indicadores bibliométricos para a avaliação da atividade científica sem que se analise a relação dos dados com o que acontece na comunidade e para além da comunidade científica, é um trabalho árduo.

Para Bufrem e Prates (2005, p. 13), o emprego de técnicas bibliométricas e cienciométricas confere a “possibilidade de conhecer, pelo estudo das publicações, o desenvolvimento de área determinada da ciência, em âmbito geográfico específico, com recortes relativos a temáticas, materiais ou períodos específicos”. Ou seja, o uso de indicadores bibliométricos é uma importante ferramenta que possibilita verificar o desenvolvimento de um domínio e a relação entre disciplinas em comum.

No Brasil, os estudos métricos utilizados como forma de medir a produtividade de determinadas áreas da ciência foram desenvolvidos a partir da década de 70,

inicialmente denominados estudos bibliométricos. Segundo Bufrem e Prates (2005, p. 12),

É por volta de 1970 que se inicia a influência dos estudos métricos, sob o estímulo da disciplina Processamento de Dados na Documentação, ministrada no curso de Mestrado em Ciência da Informação, do então Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). O fato confere a este instituto a condição de difusor da abordagem bibliométrica no país, a partir desse momento utilizada nos mais diversos campos. Essa influência é perceptível também nos resultados de Bufrem (1996) sobre os enfoques metodológicos das dissertações apresentadas ao curso entre 1972 e 1995.

Segundo Noronha e Maricato (2008, p. 125), as primeiras leis empíricas voltadas aos estudos bibliométricos foram: a Lei de Lotka (1929), utilizada para medição da produtividade de autores; a Lei de Bradford (1934), utilizada para medir a dispersão do conhecimento científico em publicações periódicas; e a Lei de Zipf (1949), utilizada como modelo de distribuição de frequência de palavras de um texto. A partir destas leis, outros estudos na área se multiplicaram, e a própria área, inicialmente denominada bibliometria, expandiu-se em outras denominadas cienciometria, informetria, entre outras.

Tague-Sutcliffe (1992, p.1), define a bibliometria como:

O estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada. Usada pela primeira vez por Pritchard em 1969, a bibliometria desenvolve padrões e modelos matemáticos para medir esses processos, usando seus resultados para elaborar previsões e apoiar tomadas de decisão.

Da mesma forma, Tague-Sutcliffe (1992, p.1), define cienciometria como:

O estudo dos aspectos quantitativos da ciência enquanto uma disciplina ou atividade econômica. A cienciometria é um segmento da sociologia da ciência, sendo aplicada no desenvolvimento de políticas científicas. Envolve estudos quantitativos das atividades científicas, incluindo a publicação e, portanto, sobrepondo-se à bibliometria.

Com o auxílio da bibliometria podemos traçar o perfil da produção científica de qualquer domínio, bem como caracterizar a autoria e as relações desses trabalhos, conforme Bufrem e Nascimento (2012, p. 204).

A produtividade dos pesquisadores é um indicador relevante para avaliação da ciência. No entanto, Meadows (1999) questiona em que medida alta

produtividade corresponde à alta qualidade de publicações científicas? Esses e outros questionamentos são muito comuns entre pesquisadores de Estudos Métricos em Informação, ocasionando em pesquisas frequentes que revejam seus próprios métodos.

Com relação à comunicação científica, para Vanz e Caregnato (2003, p. 247), a comunicação é etapa vital para a ciência, tanto quanto para a pesquisa, pois a ela por si só não cabe reivindicar com legitimidade esse nome enquanto não houver sido analisada e aceita pelos pares, o que ratifica a relevância de estudos bibliométricos, que analisam de forma abrangente a produção científica.

Para a análise da produção científica nas diferentes áreas do conhecimento, há conjuntos de indicadores bibliométricos que podem ser divididos em “indicadores de produção”, “indicadores de citação” e “indicadores de ligação”. Esta pesquisa apresenta alguns desses indicadores de atividade, que serão mais detalhados no capítulo a seguir.

3.1 INDICADORES BIBLIOMÉTRICOS: PRODUÇÃO, CITAÇÃO E LIGAÇÃO

Dentro da imensa gama de indicadores bibliométricos, aqui serão utilizados os indicadores de produção, de citação e ligação. O primeiro avalia quantitativamente a produção dos diversos países, autores ou instituições e o segundo analisa quem são esses produtores do conhecimento, neste caso quem os autores citam em suas pesquisas, quer seja, em quem se baseiam e se fundamentam, podendo assim observar o impacto das publicações. Já o terceiro considera as parcerias científicas e tecnológicas, viabilizando a representação dos padrões de comportamento de cooperação entre indivíduos e organizações.

Os indicadores de produção são constituídos pelo indicador básico, que é o número de publicações, onde se procura refletir características da produção científica, mas não mede a qualidade das publicações, sendo dessa forma um indicador quantitativo. Além do número de publicações, aplicam-se também as leis de Lotka, Zipf e Bradford, vida média de publicações, tipologia documental, entre outros.

Quanto à utilização de indicadores específicos na produção científica brasileira, Noronha e Maricato (2008, p. 117) destacam:

A necessidade de se estabelecer indicadores específicos da ciência gerada no Brasil, independentes dos preconizados nos países de ponta, tem levado os pesquisadores à realização de estudos métricos de diferentes áreas, a partir de diferentes fontes de dados criados em âmbito nacional (dentre as novas bases de dados existentes, merece destaque o projeto SCIELO). Essas medidas têm sido aplicadas em diversos campos e áreas de conhecimento, sendo muito utilizadas como ferramentas para tomada de decisão e formulação de políticas públicas ou institucionais.

Assim, a construção e o uso de indicadores aplicados à produção científica são objeto de estudo em várias áreas do conhecimento, sendo usados tanto para o planejamento e a execução de políticas para o setor, como também para que a comunidade científica conheça melhor o sistema no qual está inserida.

Ao comunicar suas produções, o pesquisador precisa ter acesso ao conhecimento já registrado, fazendo, dessa forma, referência a ideias e pesquisas relacionadas ao seu trabalho, o que gera uma lista de referências (citações) consultadas pelo pesquisador.

Os indicadores de citação baseiam-se na medida do número de citações recebidas por uma determinada publicação. Eles refletem, acima de tudo, a visibilidade, a influência ou o impacto dos artigos científicos ou autores citados junto à comunidade científica. Basicamente, é o meio mais conhecido de atribuir crédito aos autores.

A análise de citações mapeia a comunicação científica e serve como indicador da atividade científica. Grácio e Oliveira (2017, p. 107) acrescentam que “as citações podem ser analisadas como reflexo de uma comunidade discursiva”. Segundo Freitas et. al. (2014, p. 39), citando Meadows (2009), afirma que:

Uma forma de avaliar a qualidade de uma produção consiste em verificar o nível de interesse que ela provoca. Isso pode ser medido por meio da quantidade de citações nas referências bibliográficas em momento posterior.

Existem diversas razões pelas quais os autores citam seus pares, dentre elas: oferecer leitura básica, ratificar o próprio trabalho, analisar trabalhos anteriores, sustentar declarações, identificar publicações originais que descrevam conceitos, contestar trabalhos de outros.

Há outros indicadores derivados da análise de citações, entre eles o fator de impacto, importante para a análise do impacto de periódicos especializados, e o

índice h, que avalia a relevância individual de cada pesquisador, considerando de forma cumulativa sua produção e citação.

Entre os indicadores de ligação, citam-se a análise de coautoria e a análise de co-citações. Estes indicadores utilizam-se de técnicas de análise estatística de agrupamentos, mapeando o conhecimento e redes de relacionamento entre pesquisadores, instituições e países.

A análise de coautorias é medida pelo número de publicação de coautores, ou seja, pesquisadores que trabalharam em parceria, sendo utilizada para identificar e construir a rede de colaboração científica internacional, nacional, regional ou institucional, em diferentes áreas do conhecimento. Assim, reflete o grau de colaboração científica, de forma que permita medir o crescimento ou o declínio da pesquisa cooperativa.

A análise de co-citações é medida pelo número de artigos citados conjuntamente. Small (1973), um dos primeiros estudiosos no tema análise de co-citação, define-a como a frequência com que dois documentos da literatura são citados juntos por uma literatura posterior. Ainda, segundo o autor, a co-citação pode ser usada para estabelecer o núcleo da literatura citada dentro de determinado tema ou área particular.

Segundo Alves, Pavanelli e Oliveira (2014, p. 74),

As pesquisas sobre colaboração e coautoria vêm se consolidando rapidamente nos últimos anos com a aplicação da metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS), ou Social Network Analysis (SNA). Na análise das redes, por meio de subsídios matemáticos, estatísticos e computacionais, são calculados os indicadores das redes, em que cada elemento-instituição da rede pode ser avaliado segundo sua relevância, ao se conectar com maior número de “nós” – outras instituições-, intermediar ou estar mais próxima dos demais da rede.

Alguns softwares utilizados por pesquisadores de bibliometria para representar uma rede tem sido o *Ucinet*, o *Pajek*, entre outros. O *Ucinet* foi utilizado nesta pesquisa e será apresentado na metodologia.

Avaliar as diferentes áreas do conhecimento com foco na produção é questão que se coloca de forma emergente. Destaca-se que, no entanto, um indicador analisado separadamente não esgota a avaliação de um pesquisador, instituição ou país. Este deve ser sempre aliado a outros indicadores que melhor completem a análise.

Portanto, o escopo desta pesquisa é análise bibliométrica do periódico Revista Estudos Feministas, na medida em que se trabalha em um determinado domínio, - Estudos de Gênero e Feminismos - utilizando os recursos dos estudos métricos em informação, por meio dos indicadores de produção, citação e ligação.

4 METODOLOGIA

4.1 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Utilizou-se como fonte de dados as edições da Revista Estudos Feministas (REF), disponível no *Scientific Eletronic Library Online (SciELO)*. Os artigos do periódico estão disponibilizados *online* nesta base de dados a partir de 2001, mesmo ele tendo iniciado no ano de 1992. Totalizou uma massa documental de 298 artigos durante o período analisado (2001-2016). Além disso, destaca-se que no ano de 2004 houve um “número especial” que não está sendo contabilizado pelo fato de ser um número fora do padrão de publicação da revista – no estilo dossiê. Existem ainda outros tipos de documentos publicados no periódico que não serão avaliados, tais como: dossiês, editoriais, seções temáticas, erratas, homenagens, resenhas, ensaios, entrevistas, ponto de vista, debates, entre outros.

Após a coleta dos dados, estes foram organizados com o uso do *Microsoft Excel* em ordem crescente dos anos, com seus respectivos volumes e seus números. Além disso, na tabela do Excel constava o título do artigo e os autores, resultando em 298 artigos e, desdobradas as coautorias, 421 autores. Destaca-se que os dados relativos a número de artigos e desdobramento de autores foram cuidadosamente revistos.

Os dados foram apresentados em tabelas e gráficos, com a respectiva análise contextual, segundo os indicadores em estudo, sendo eles: autores mais frequentes em produção e suas coautorias, temáticas mais frequentes, autores mais citados e origem geográfica dos autores, de forma a caracterizar o domínio de “Estudos de Gênero e Feminismos”.

Há várias bases de dados que oferecem ferramentas de automatização, como a *Web of Science*, *Scopus*, *Mendeley*, entre outros. Foi utilizada a coleta de dados manual, pois as bases estavam contabilizando sem discriminar a tipologia documental “artigos”, ou contabilizando outros documentos também na tipologia “artigos”, além de que a massa documental era passível de ser contabilizada manualmente.

Para a análise de citação, foi realizada a coleta das referências de cada um dos 298 artigos e a partir disso foram organizados em ordem alfabética e contabilizados de forma a gerar assim a tabela de autores mais citados. Os autores

entidade/institucionais não foram contados, apenas os autores pesquisadores. Além disso, nas citações não foram buscados quais os autores estavam compondo o “*et. al.*”.

Para a análise das temáticas mais frequentes foi utilizado o “Tesouro para Estudo de Gênero e Sobre Mulheres”, editado e criado em 1998 pela Fundação Carlos Chagas (FCC) e disponível *online*, necessário para padronizar os termos em que um dos artigos que compõem a massa documental total.

Este tesouro, único e pioneiro no Brasil neste tema, é composto por duas listagens. Na primeira, os termos aparecem todos em ordem alfabética, relacionando-os com grandes áreas que são apresentadas na segunda listagem. Nessa segunda listagem, as nove áreas apresentam aspectos particulares do campo de estudo de gênero dentro dos quais se agrupam diversos termos específicos.

Constituem-se em um total de nove áreas (ou também classes de assuntos, categorias), sendo elas: 1. Ciência e Tecnologia; 2. Ciências Naturais e Saúde; 3. Ciências Sociais e Cultura; 4. Comunicação, Artes e Espetáculos; 5. Economia e Emprego; 6. Educação; 7. História e Mudança Social; 8. Lei, Governo e Políticas Públicas e 9. Linguagem, Literatura, Religião e Filosofia.

Para localizar qual o tema referente a cada artigo, foi necessário consultar o título e palavras-chaves de cada artigo. Em alguns casos em que essas informações não eram suficientes, a leitura precisou ser estendida até as seções dos capítulos e o resumo. A classificação dos artigos dentro dos termos do Tesouro foram feitas pela própria autora, a partir de seu conhecimento com a temática.

Esses dados foram agrupados em um arquivo de texto do *Microsoft Word*, onde cada artigo recebeu qual grande área do Tesouro faz parte, e seu descritor específico dentro da grande área. A partir disso, formou-se uma tabela no *Microsoft Excel*, com a referida quantidade de artigos em cada grande área temática, além dos descritores específicos de cada grande área, em outra planilha.

Para a análise de coautorias entre os autores mais produtivos, criou-se uma matriz no *Microsoft Excel* e a partir desta matriz foi utilizado o software *Ucinet*, para construir a rede para melhor visualização e ressaltar a ligação entre os autores.

Para identificar a origem institucional/regional dos autores, foi utilizada a base de dados *Scopus*.

Por último, importante salientar que essa pesquisa constitui, conforme os tipos de estudos métricos definidos por Glänzel (2003) pertencente ao G2, grupo

com aplicação metodológica às diversas disciplinas científicas. Os outros grupos definidos por Glänzel, e já conhecidos são o G1 (bibliometria para profissionais da bibliometria) e G3 (voltado para à gestão da ciência e tecnologia e políticas científicas).

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO CORPUS: REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS

A Revista Estudos Feministas (REF) é um periódico indexado em bases de dados como *SciELO*, *Scopus*, *Web of Science* e outras, interdisciplinar, de circulação nacional e internacional, que tem como objetivo publicar artigos, ensaios e resenhas que apresentem reflexões teóricas consistentes e inovadoras, com bibliografia atualizada, ampliando as fronteiras dos debates acadêmicos no campo dos estudos feministas e de gênero e instrumentando as práticas dos movimentos de mulheres. O exemplar número zero da *Revista Estudos Feministas* foi publicado em 1992. Desde então, a REF tornou-se uma referência obrigatória para todos que trabalham no campo dos estudos de gênero e no feminismo.

Destaca-se a relevância do periódico em relação à comunidade científica da área específica, conforme é possível observar pelos conceitos A1 e A2 que o periódico obteve na última avaliação CAPES (2014), nas áreas de Antropologia/Arqueologia, Educação, História, Letras/Linguística, Psicologia e Sociologia, conforme quadro abaixo, garantindo-lhe assim uma posição robusta dentro da área.

Quadro 1 - Conceitos do Periódico *Revista Estudos Feministas* no último evento de Classificação Qualis Capes (2014)

Periódicos			
ISSN	Título	Área de Avaliação	Classificação
0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC, Impresso)	ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA	A1
0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC, Impresso)	CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	B1
0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC, Impresso)	CIÊNCIAS AMBIENTAIS	B2
0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC, Impresso)	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS I	B1
0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC, Impresso)	EDUCAÇÃO	A1
0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC, Impresso)	GEOGRAFIA	B4
0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC, Impresso)	HISTÓRIA	A1
0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC, Impresso)	LETRAS / LINGÜÍSTICA	A2
0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC, Impresso)	PSICOLOGIA	A2
0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC, Impresso)	SAÚDE COLETIVA	B3
0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC, Impresso)	SERVIÇO SOCIAL	B4
0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC, Impresso)	SOCIOLOGIA	A2

Fonte: Plataforma Sucupira/Periódicos Qualis

Considere-se, ainda, a influência do feminismo na produção acadêmica brasileira data desde a criação das primeiras universidades no Brasil. Foi somente nos anos 80 que surgiram, nas universidades, núcleos de estudo sobre a mulher, sob a inspiração do modelo norte-americano *Women's Studies*. Além disso, observa-se que o periódico surge juntamente com a terceira onda feminista nos anos 1990 quando já emergiam Estudos de Gênero, especialmente nas Ciências Sociais e Humanas.

Nessa mesma década, as proposições de encontros nacionais sobre saúde, sexualidade e direitos reprodutivos contribuíram para criação de Programas de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM).

A partir de então, multiplicam-se os grupos de pesquisa, grupos de estudo, bem como comunidades de bairro que buscam estudar e se aprofundar na temática, não só teoricamente, mas liderando movimentos compostos por mulheres, com anseios e objetivos não só reivindicatórios, mas também políticos e sociais mais amplos. Segundo Aquino (2006), em sua pesquisa específica sobre “gênero e saúde”, revelou a existência de 131 grupos de pesquisa em 18 áreas do conhecimento, com pelo menos uma linha de pesquisa nessa temática.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Com a massa documental de 298 artigos e o total de 421 autores que publicaram no periódico, verificou-se que apenas 28 autores voltaram a publicar novamente no periódico (menos de 7% do total), o que determinou a quantidade de autores mais frequentes em produção – aqueles que produziram no mínimo 2 artigos no periódico analisado, conforme apresenta Tabela 2 logo abaixo.

Solla Price (1965) inferiu que $\frac{1}{3}$ da literatura levantada é produzida por menos de $\frac{1}{10}$ dos autores, levando a uma média de 60% dos autores produzindo um único documento. Levando em consideração essa definição de Solla Price para o crescimento exponencial da ciência, seria algo em torno de 42 autores produzindo ao menos 99 artigos na Revista Estudos Feministas (REF), mas os números foram menores conforme já apontados, o que justificou o corte em dois artigos.

Considerou-se a raiz quadrada de 421 (total de autores) aproximadamente 20, originando a Tabela 2 (a seguir) com 28 pesquisadores, todos produzindo pelo menos dois artigos.

Tabela 2 - Autores mais frequentes na produção científica da Revista Estudos Feministas (2001-2016)

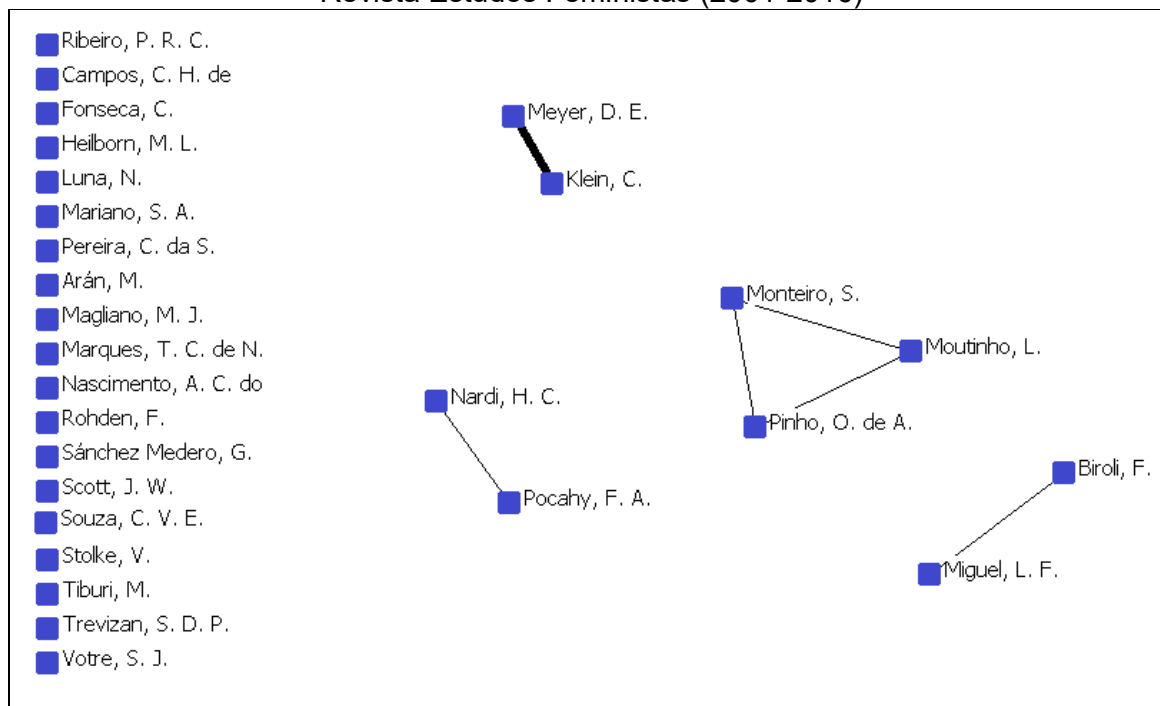
Autores	Artigos na REF
Meyer, Dagmar Estermann (UFRGS)	5
Miguel, Luis Felipe (UNB)	5
Monteiro, Simone (Fiocruz)	4
Ribeiro, Paula Regina Costa (FURG)	4
Campos, Carmen Hein de (University of Toronto)	3
Fonseca, Claudia (UFRGS)	3
Heilborn, Maria Luiza (UERJ)	3
Nardi, Henrique Caetano (UFRGS)	3
Klein, Carin (UFRGS)	3
Luna, Naara (UFRJ)	3
Mariano, Silvana Aparecida (UEL)	3
Pereira, Cláudia da Silva (UFRJ)	3
Pocahy, Fernando Altair (Unifor)	3
Arán, Márcia (UFRJ)	2
Biroli, Flávia (UNB)	2
Magliano, María José (Universidad Nacional de Córdoba)	2
Marques, Teresa Cristina de Novaes (UNB)	2
Moutinho, Laura (UFRJ)	2
Nascimento, Alcileide Cabral do (UFPE)	2
Pinho, Osmundo de Araújo (Unicamp)	2
Rohden, Fabíola (UERJ)	2
Sánchez Medero, Gema (Universidad Complutense de Madrid)	2
Scott, Joan W. (Princeton University)	2
Souza, Candice Vidal E. (PUC-MG)	2
Stolke, Verena (Universidad Autónoma de Barcelona)	2
Tiburi, Marcia (Mackenzie)	2
Trevizan, Salvador Dal Pozzo (UESC)	2
Votre, Sebastião Josué (Universidade Gama Filho)	2

Fonte: Autoria própria (2017)

A temática Feminismo e Estudos de Gênero, por ser interdisciplinar - como é possível observar no Quadro 1 do Qualis Capes já apresentado, onde o periódico analisado pertence à áreas do conhecimento diversas, ainda se encontra em processo de consolidação. Isso pode ser evidenciado pelo percentual pouco significativo de autores que voltam a publicar no periódico em relação à massa documental total, gerando publicações de diferentes autores e de forma pulverizada.

A Figura 1 abaixo apresenta a rede colaborativa gerada a partir dos 75 artigos publicados na Revista Estudos Feministas pelos 28 autores mais produtivos, a fim de investigar as coautorias. A matriz que gerou esta rede encontra-se no Apêndice A.

Figura 1 – Rede de colaboração científica entre os autores mais produtivos da Revista Estudos Feministas (2001-2016)



Fonte: Software Ucinet (2017)

A densidade de uma rede, varia entre 0 e 1, e é dada pelo quociente entre o número de laços existentes (coautorias) na rede, pelo número total de laços possíveis. Assim, a densidade de 0,02 (valor calculado pelo Software *Ucinet*), significando assim que de cada 100 possibilidades de coautorias, aproximadamente duas foram realizadas, o que expressa uma rede de baixa densidade e consequentemente rara interlocução entre os pesquisadores na temática e reflexo de pouca interação entre os pesquisadores (VANZ, 2009).

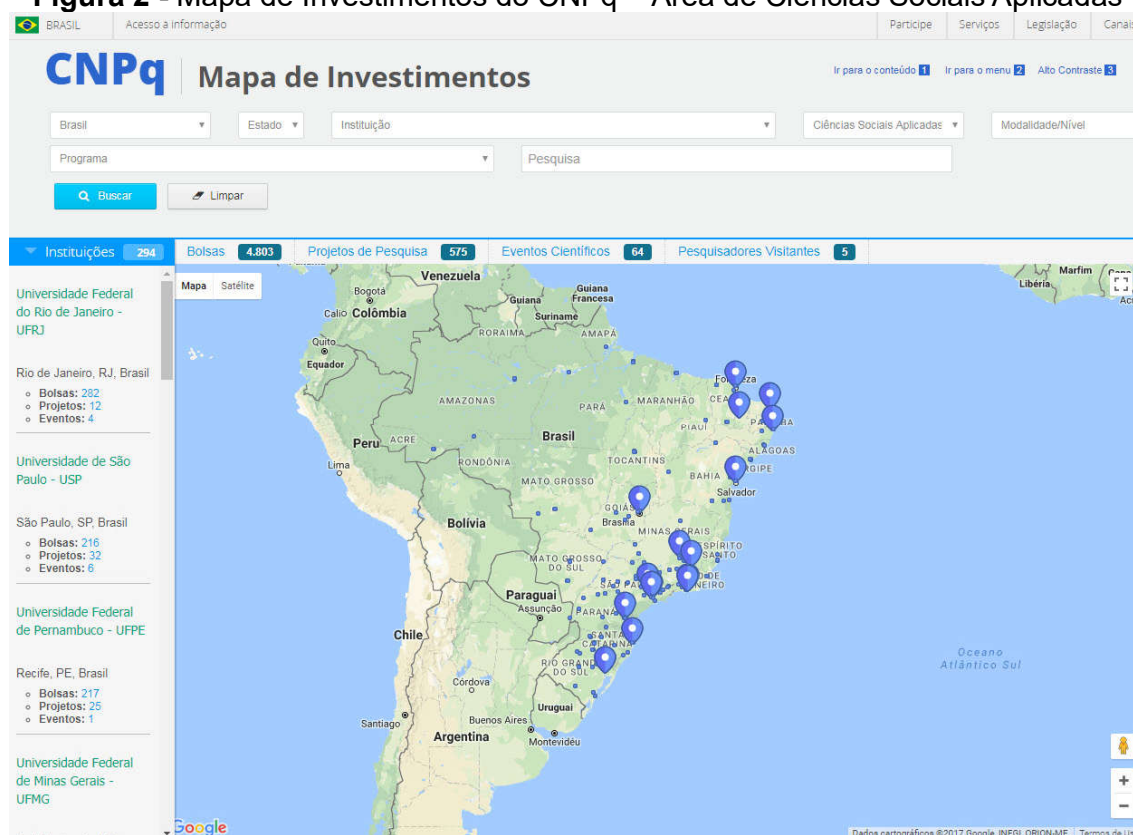
É bem visível a marcante tendência para a publicação de autoria individual, visto que houveram muitos artigos publicados desta forma entre os autores mais produtivos, sendo 19 artigos (67,85% do total).

Apesar do domínio de Estudos de Gênero e Feminismos abrangerem diversos outros domínios, perpassa com maior ênfase em Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas (como será possível observar no próximo indicador apresentado – o de temáticas mais frequentes). Tendo isto exposto, a Figura 2 e a Tabela 3 abaixo apresentam dados do Mapa de Investimentos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), onde é possível observar que essas grandes áreas citadas possuem menor investimento ao serem comparadas com outras. A falta de investimento pode ser considerada uma das possíveis causas

para as publicações em autoria individual, dificultando o acesso a laboratórios, pesquisas de campos, reuniões presenciais com grupos de pesquisa e etc.

Retomando Bufrem e Nascimento (2012), em pesquisa realizada em tema similar, dos 74 artigos que foram analisados, 63,41% deles foram de autoria única. As autoras sugerem que a falta de fomento que incentive à pesquisa colaborativa, é um dos maiores entraves à coautoria, embora não se possa negar a agilidade que a internet está oferecendo aos pesquisadores que colaboram entre si. Ratificando os dados apresentados pelas autoras, apresentam-se a Figura 2 e a Tabela 3, a seguir:

Figura 2 - Mapa de Investimentos do CNPq – Área de Ciências Sociais Aplicadas



Fonte: CNPq (2017)

A Tabela 3 abaixo apresenta o quantitativo de investimento em bolsas do CNPq nas grandes áreas do conhecimento, em todas suas modalidades de financiamento, sendo elas: Apoio Técnico à Pesquisa (AT), Apoio Técnico em Expansão no País (ATP), Auxílio à Pesquisa (APQ), Bolsa Pesquisador-Avaliador (PAV), Desenvolvimento Científico Regional (DCR), Desenvolvimento Tecnológico Industrial (DTI), Doutorado (GD), Doutorado-Sanduiche no País (SWP), Extensão no

País (EXP), Fixação de Recursos Humanos (SET), Iniciação Científica (IC), Iniciação Científica Júnior (ICJ), Iniciação Tecnológica (IT), Iniciação Tecnológica e Industrial (ITI), Mestrado (GM), Pesquisador Visitante (PV), Produtividade em Pesquisa (PQ), Programa de Capacitação Institucional (PCI) e Promoção de Eventos Científicos (ARC).

Tabela 3 – Distribuição de bolsas do CNPq, em todas suas modalidades de financiamento, por grande área

Grande área	Número de instituições	Número de bolsas
Ciências Exatas e da Terra	345	18236
Ciências Agrárias	327	10806
Ciências Biológicas	383	10517
Engenharias	333	10502
Ciências Humanas	326	9153
Ciências da Saúde	356	8754
Ciências Sociais Aplicadas	294	4803
Linguística, Letras e Artes	174	2785
Outra	281	1886
Tecnologias	245	1331
Indefinido	2	85

Fonte: CNPq (2017)

Destaque-se ainda, a observação que as pesquisas no tema são recentes, o que dificulta a troca de ideias, a participação em congresso que agilizem a formação de grupos com os mesmos pensamentos.

Em relação à análise da rede da Figura 1, as poucas colaborações que foram contabilizadas ocorreram entre os autores: Klein, C. e Meyer, D. E., ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e publicaram dois (2) artigos em coautoria; Nardi, H. C. (UFRGS) e Pocahy, F. A. (Universidade de Fortaleza), publicaram um (1) artigo em coautoria; Miguel, L. F. e Biroli, F., ambos da Universidade de Brasília (UNB) publicaram também (1) artigo em coautoria e a única coautoria tripla que foi entre Monteiro, S. da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Moutinho, L. da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pinho, O. de A. da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que publicaram juntos um (1) artigo.

Mesmo que de forma tímida, observa-se então uma incipiente colaboração entre autores de instituições distintas, advindos de regiões extremas, ou advindos de regiões mais próximas. Assim, a densidade da rede é bem frágil.

A partir das nove (9) grandes páreas do Tesouro para Estudos de Gênero e

sobre Mulheres, foram contabilizadas as temáticas mais frequentes, apresentadas na Tabela 4 a seguir.

Tabela 4 – Quantidade de artigos na REF classificados nas grandes áreas de assuntos do Tesauro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres, na Revista Estudos Feministas (2001-2016)

Classes de assuntos do Tesauro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres	Quantidade de artigos
Ciências Sociais e Cultura	91
Lei, Governo e Políticas Públicas	55
História e Mudança Social	51
Ciências Naturais e Saúde	31
Linguagem, Literatura, Religião e Filosofia	29
Educação	15
Ciência e Tecnologia	14
Economia e Emprego	14
Comunicação, Artes e Espetáculo	12

Fonte: Autoria própria (2017)

Há uma enorme quantidade de termos específicos para cada uma das grandes áreas dispostas no Tesauro, e dentro dos 298 artigos da massa documental desta pesquisa também houve muitos termos para serem dispostos aqui. Entretanto, para melhor visualização dos termos encontrados nos artigos da Revista Estudos Feministas (2001-2016), eles estão dispostos no Apêndice B.

A temática mais frequente foi a da grande área “Ciências Sociais e Cultura”, com 30,53% dos artigos, onde os termos que mais apareceram foram: “Estudos de gênero, classe e raça”, com recortes mais específicos para questões raciais; “Estudos latino-americanos”; “Ecofeminismo”; “Masculinidade”; “Maternidade”; “Relações público/privado” e “Violência contra mulheres”.

A segunda grande área que compõe a temática mais frequente foi a de “Lei, Governo e Políticas Públicas” com 18,45% dos artigos, com os termos específicos mais evidentes: “Aborto”, “Adoção”, “Crimes contra mulheres”, “Igualdade de oportunidades”, “Mulheres na política” e “Saúde pública - políticas de saúde”.

A temática seguinte, advinda da grande área “História e Mudança Social” obteve 17,11% dos artigos, com os seguintes termos específicos: “Estudos indigenistas”, “Estudos latino-americanos”, “Feminismo marxista”, “Imagens de mulheres - imagem de corpo”, “Movimento feminista”, “Movimentos sociais rurais”, “Teoria feminista” e “Teoria política”.

Com relação à temática “Ciências Naturais e Saúde”, que contabilizou 10,40% dos artigos, encontraram-se os seguintes termos específicos mais evidentes: “Aborto”, “Aids - comportamento sexual”, “Aleitamento”, “Gravidez tardia”, “Paternidade”, “Planejamento familiar – anticoncepção” e “Tecnologias Reprodutivas”.

Outra temática que ainda obteve uma perspectiva considerável foi a de “Linguagem, Literatura, Religião e Filosofia”, com o total de 9,73% dos artigos e os seguintes termos: “Análise do discurso”, “Imagens de mulheres – iconografia”, “Imagens de mulheres - indústria cinematográfica”, “Misoginia - violência contra mulheres” e “Romances”.

As seguintes temáticas provenientes de grandes áreas não obtiveram grande destaque: “Educação”, com 5,03%, “Ciência e Tecnologia” com 4,69%, “Economia e Emprego” com 4,69% e “Comunicação, Artes e Espetáculo” com 4,02%.

Entretanto, vale ressaltar alguns dos termos específicos nessas temáticas, sendo: em “Educação” os termos “Educação sexual” e “Estudos de gênero”; em “Ciência e Tecnologia” os termos “Epistemologia”, “Informática” e “Pesquisadores”; em “Economia e Emprego” os termos “Divisão sexual do trabalho – papéis de gênero” e “Ocupações extrativistas e na agricultura – pesca” e em “Comunicação, Artes e Espetáculos” os termos “Imagens de mulheres” e “Pintores”.

Esse resultado indica uma grande preocupação com a comunidade acadêmica do domínio do periódico Revista Estudos Feministas com temas emergentes como a violência contra as mulheres, doenças sexualmente transmissíveis e aborto, que perpassam inclusive por mais de uma grande área. Há também, entretanto, uma relação marcante com estudos mais teóricos sobre epistemologia feminista e histórico dos movimentos de mulheres.

Também se torna relevante destacar as pesquisas voltadas para questões políticas, como sobre mulheres na política, feminismo marxista, movimentos sociais e questões relacionadas à políticas públicas.

As temáticas menos frequentes aqui apontadas apresentam as áreas que podem receber uma maior atenção dos pesquisadores de Estudos de Gênero e Feminismo, se estudos bibliométricos como este obtiverem maior alcance da referida comunidade acadêmica.

Outro indicador utilizado foi a análise de citação. Seu fundamento principal é a consideração que um artigo científico não é uma entidade solitária, mas está imersa

na literatura sobre o tema. A obra de um autor se constrói sobre a produção daqueles que o precederam. Sua contribuição científica, por menor que seja, faz avançar o conhecimento na área.

Foram citados 6.419 autores em toda a massa documental da REF coletada na base de dados *SciELO*, onde 76,23% dos autores foram citados apenas 1 vez e o restante mais de duas vezes. Estes percentuais ratificam a grande dispersão também em relação aos autores citados e por outro lado, sugere que há uma concentração de número pequeno de autores de destaque e que causam grande impacto.

Lembrando aqui novamente de Solla Price (1965), já apresentado anteriormente, aqui voltado para citação onde se espera em sua teoria que 60% dos artigos são citados ao menos uma vez, na aplicação deste modelo, a raiz dos autores que receberam mais de 1 citação (1498 autores) chega-se ao número de 38,7. Desta forma, para fins de melhor análise o recorte para a citação foi feito com numeração reduzida. Visto que foram analisados os autores que foram citados ao menos 17 vezes (conforme apresenta a Tabela 5), totalizando 32 autores.

Tabela 5 - Autores/as com pelo menos 17 citações na Revista Estudos Feministas (2001-2016)

Autor/a	Citações na REF	Autor/a	Citações na REF
FOUCAULT, Michael.	168	GIDDENS, Anthony.	22
BUTLER, Judith	124	LAQUEUR, Thomas Walter.	22
BOURDIEU, Pierre	91	DIEBOLT, Evelyne	21
SCOTT, Joan W.	73	GROSSI, Miriam Pillar.	21
LOURO, Guacira Lopes.	54	HARDING, Sandra	21
STRATHERN, Marilyn	37	PERROT Michelle.	21
HARAWAY, Donna J.	34	CONNELL, Robert William.	20
HEILBORN, Maria Lúcia.	34	HALL, Stuart	20
FONSECA, Claudia	33	MIGUEL, Luis Felipe	20
FRASER, Nancy	33	ELIAS, Norbert.	19
PATEMAN, Carole.	29	PHILLIPS, Anne.	18
BADINTER, Elisabeth	27	WELSER-LANG, Daniel.	18
MEYER, Dagmar Estermann	26	ALVAREZ, Sonia E.	17
BOZON, Michel	25	BEAUVOIR, Simone de.	17
DERRIDA, Jacques.	25	DELEUZE, Gille.	17
PISCITELLI, Adriana.	25	KERGOAT, Danièle	17

Fonte: Autoria própria (2017)

Observa-se que entre os autores mais citados destacam-se Foucault com 168 citações, sendo o autor mais citado, Bourdieu com 91, Giddens com 22 e outros que dão os fundamentos teóricos, filosóficos e sociológicos aos artigos. Por outro lado, Butler, vindo logo após Foucault com 124 citações, Scott com 73, Haraway com 34, Badinter com 27 e Beauvoir com 17, são autoras pioneiras no tema e que focam suas pesquisas especialmente na temática chave do periódico: Feminismo e Estudos de Gênero.

O trabalho de Foucault mais utilizado foi o livro “A história da sexualidade”, que é dividido em três tomos, em ordem crescente, a saber: “A vontade de saber”, “O uso dos prazeres” e “O cuidado de si”. Narvaz e Koller (2006, p. 649) apresentam que Foucault e Derrida (que também aparece entre os mais citados, com 25 citações) tiveram muita influência no feminismo através do pensamento pós-estruturalista.

O pós-estruturalismo no feminismo busca desconstruir o conceito de masculino e feminino, que antes era baseado apenas pelo fator biológico (Masculino XY/Feminino XX), considerando também todo o contexto social, cultural e político, gerando assim um novo olhar para além dos símbolos e linguagens.

Narvaz e Koller (2006, p. 649) então destacam que nos anos 1980,

...a crítica pós-modernista da ciência ocidental introduz o paradigma da incerteza no campo do conhecimento. As feministas francesas, influenciadas pelo pensamento pós-estruturalista que predominava na França, especialmente pelo pensamento de Michel Foucault e Jacques Derrida, passam a enfatizar a questão da diferença, da subjetividade e da singularidade das experiências, concebendo que as subjetividades são construídas pelos discursos, em um campo que é sempre dialógico e intersubjetivo.

Já sobre a filósofa estadunidense Judith Butler, podemos destacar sua relevância nos estudos feministas e de gênero, especificamente na desconstrução do binarismo de gênero. Joan Scott, também entre as mais citadas, endossa a área de gênero com sua contribuição epistemológica sobre a chamada “teoria queer”, termo que se consolidou nos anos 90 com a publicação de “Problemas de Gênero” (*Gender Trouble*), da Judith Butler.

Ainda em destaque, impossível não citar Bourdieu, que além de tratar de capital humano, social, científico, cultural, entre tantos temas enriquecedores como o uso social da ciência; na pesquisa feminista contribuiu com o livro “A dominação masculina”, tratando-a como uma forma particular de violência simbólica, visto que

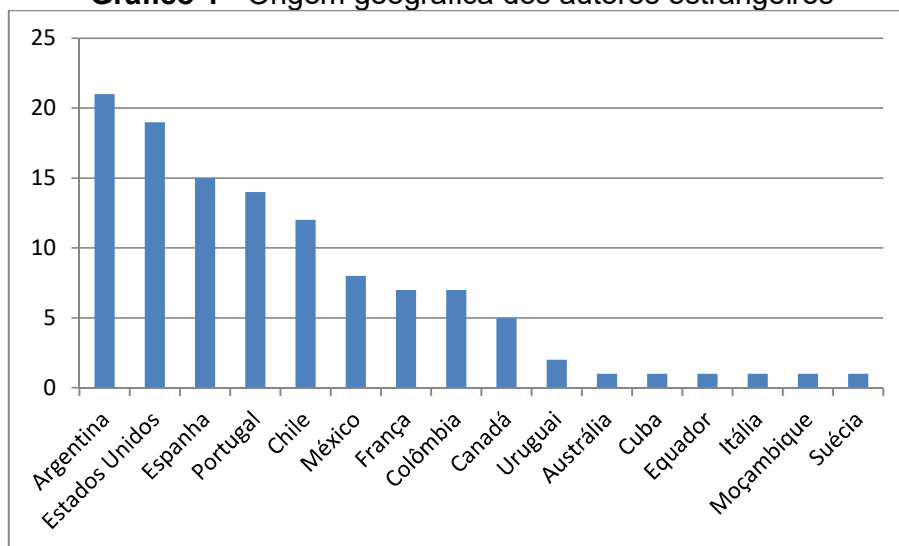
as relações de poder do homem sobre a mulher se mascaram e se infiltram despercebidamente no nosso pensamento e concepção de mundo.

Simone de Beauvoir (com 17 citações), cujo nome é associado rapidamente com o feminismo, é importante influência da relação entre feminismo e existencialismo. Sua obra mais conhecida é “O segundo sexo”, publicação de 1949, recebida com bastante polêmica na época, pois não era comum tratar de assuntos como sexualidades, aborto e identidades de gênero, mesmo na França do pós-guerra.

A aplicação da análise de citação ao conjunto da obra de um grupo de pesquisadores ou temática em um dado período de tempo produz indicadores consistentes que sinalizam o referencial teórico-metodológico dos mesmos. Os estudiosos destacam a contribuição dos estudos de citação, dentre as metodologias bibliométricas para a compreensão de um contexto e das relações que acontecem em uma comunidade científica.

Com relação à origem geográfica dos autores que publicaram na *Revista Estudos Feministas*, 33,9% da autoria são de pesquisadores/as estrangeiros/as, entre esses a grande maioria de países da América Latina. Em ordem decrescente de produtividade, seguem os países: Argentina, Estados Unidos, Espanha, Portugal, Chile, México, França, Colômbia, Canadá, Uruguai, Austrália, Cuba, Equador, Itália, Moçambique e Suécia.

Gráfico 1 - Origem geográfica dos autores estrangeiros



Fonte: Autoria própria (2017)

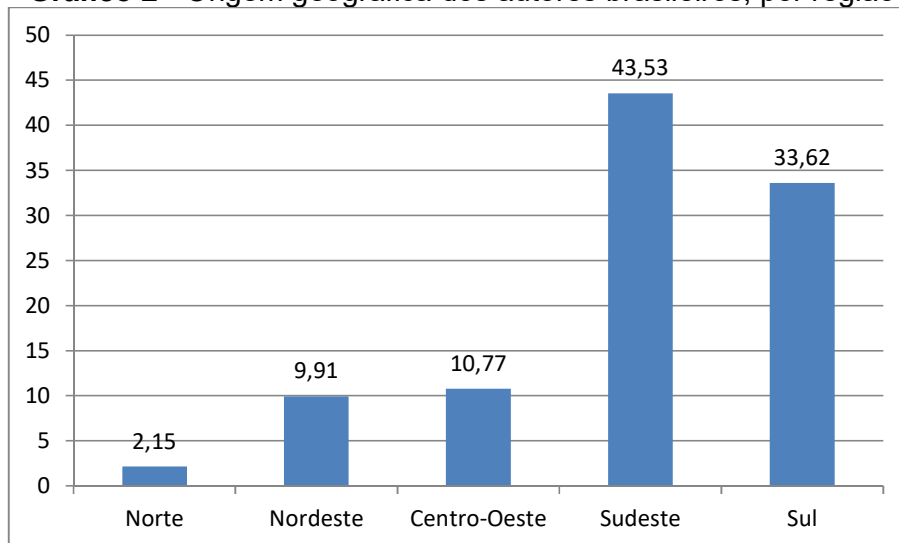
Observando que o periódico em estudo é uma publicação brasileira, o número de publicações estrangeiras é significativo, o que pode implicar em uma maior visibilidade internacional, pelas diferentes línguas utilizadas nas produções submetidas na *Revista Estudos Feministas*.

Entre os autores brasileiros (66,1% do total), a maior parte veio da região Sudeste (43,53%), seguido da região Sul (33,62%), Centro-Oeste (10,77%), Nordeste (9,91%) e a região Norte (2,15%).

Entretanto, mesmo a região Sudeste sendo a região brasileira com maior número de produção na Revista Estudos Feministas, tratando-se de estados, o com maior número de autores foi Rio Grande do Sul (18,53%). Nos anos 1990 iniciou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) o Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE), que possui como líder do grupo a pesquisadora Guacira Lopes Louro, que como pode ser visto na subseção abaixo, onde é feita a análise de citação, é a quinta autora mais citada.

Ainda na UFRGS também está ativo o Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX), ao qual um dos coordenadores é o pesquisador Henrique Caetano Nardi, que aparece como o pesquisador mais produtivo na Revista Estudos Feministas, tendo publicado três artigos no periódico, conforme Tabela 1.

Gráfico 2 - Origem geográfica dos autores brasileiros, por região



Fonte: Autoria própria (2017)

Com relação aos outros estados, os com maiores números de autores publicando no periódico foram: Rio de Janeiro (17,67%); São Paulo (15,51%); Santa Catarina (12,5%); Minas Gerais (9,48%); Distrito Federal (6,08%); Mato Grosso e Paraná (ambos com 2,58%); Ceará, Goiás, Pará e Pernambuco (ambos com 2,15%); Bahia e Rio Grande do Sul (ambos com 1,72%); Espírito Santo e Paraíba (ambos com 0,86%) e por fim, Maranhão, Piauí e Sergipe com 0,43% das publicações na REF.

Nos anos 1970, início dos Estudos de Gênero no Brasil, conforme Heilborn e Sorj (1999, p. 190) apresentam,

...o Brasil foi identificado pela Fundação Ford como o país onde o interesse pela pesquisa e a variedade de pesquisadores voltados ao estudo das mulheres estavam mais desenvolvidos do que nos outros países da América Latina. A Fundação Carlos Chagas, CEBRAP, IUPERJ e USP abrigam muitos destes pesquisadores, alguns tratando especificamente da temática, outros inserindo-a no contexto de pesquisas mais amplas.

Observa-se então que o início da pesquisa em gênero no Brasil, que surgiu com maior constância nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo (estados que foram mais produtivos na Revista Estudos Feministas após o Rio Grande do Sul), confirma que estes estados continuam sendo grandes polos da pesquisa nessa área.

6 CONCLUSÕES

O aumento no número de artigos publicados sobre o tema nos últimos anos demonstra o incremento e a frequência do contraponto no debate. Além disso, a participação de autores estrangeiros e de diferentes áreas corrobora a importância mundial dada ao estudo dessa temática, embora o volume de trabalhos ainda não seja o suficiente para fortalecer a discussão e tornar o tema de consistência maior.

A aplicação da análise de citação demonstrou que há um grande embasamento epistemológico e sociológico aos artigos, com o uso desde literaturas clássicas de sociologia e as mais contemporâneas sobre questões de gênero.

Na análise de temáticas mais frequentes, houve uma maior quantidade de publicações relacionadas às questões teóricas e/ou voltadas para temas emergentes como violência contra mulheres e também pesquisas direcionadas à melhoria de políticas públicas. As temáticas que não foram tão acentuadas apresentam áreas que podem receber uma maior atenção dos pesquisadores de Estudos de Gênero e Feminismo, sendo elas: Educação; Ciência e Tecnologia; Economia e Emprego e Comunicação, Artes e Espetáculo.

Utilizando o “Tesauro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres” para a análise das temáticas, em alguns casos houve dificuldade em encontrar termos para classificar os artigos, visto que há muita interseccionalidade nos temas e um único termo pode não abranger todo o documento. Além disso, o tesauro utilizado foi editado em 1998, o que sugere que com a evolução dos Estudos de Gênero - mesmo que a passos lentos -, possa ser atualizado para melhor suprir as necessidades de bibliotecários, profissionais da informação e pesquisadores em Estudos de Gênero e Feminismos, que possa vir a utilizá-lo.

Sobre a colaboração científica dos autores mais presentes na Revista Estudos Feministas, observou-se que mais da metade deles publicam em autoria individual, sendo a falta de investimento nas Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas uma causa que pode ser considerada, além das pesquisas no tema ainda serem recentes.

Destaca-se a influência da Revista Estudos Feministas, pela quantidade de estrangeiros que publicaram nela (33,9% das autorias), além deste fato possibilitar uma maior visibilidade internacional deste periódico brasileiro.

Esta pesquisa possui pretensão de ser mais aprofundada por parte desta autora, observando a relação do Brasil com o mundo, acerca dos Estudos de Gênero e Feministas.

Espera-se que esta pesquisa contribua para a avaliação para a própria comunidade científica em questão, além de estimular outras pesquisas com diferentes abordagens envolvendo a temática Feminismo e Estudos de Gênero, visto que essas análises e temáticas envolvem tanto relações de poder, quanto a possível ruptura da tradição do modelo binário de gênero nas esferas da ciência, da política, das instituições e das organizações.

REFERÊNCIAS

ALVES, B. H.; PAVANELLI, M. A.; OLIVEIRA, E. F. T. Rede de coautoria institucional em Ciência da Informação: uma comparação entre indicadores de rede e os conceitos CAPES. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 20, n. 3, 2014.

AQUINO, E. M. L. Gênero e saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, número especial, ago. 2006.

BARITÉ, M. Organización del conocimiento: um nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, K. (Org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: FAPESP, 2001. p.35-70.

BELELI, I. Publicações feministas: velhos e novos desafios. **Estudos Feministas**: Florianópolis, v. 21, n. 2, maio/ago. 2013.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.) **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003. p. 112-143.

BORGES, E. P.; OLINTO, G.; LETA, J. Gênero, ciência e contexto regional: reflexões sobre resultados acadêmicos da Pós-Graduação no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓSGRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Além das "nuvens": expandindo as fronteiras da Ciência da Informação. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 3557-3576.

BUFREM, L. S.; FREITAS, J. L.; GABRIEL JUNIOR, R. F. Produção científica sobre estudos métricos: configurações temáticas e de autoria (1972-2013). In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓSGRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Além das "nuvens": expandindo as fronteiras da Ciência da Informação. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 3409-3421.

BUFREM, L. S.; NASCIMENTO, B. S. do. A questão de gênero na literatura em ciência da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, Edição Especial, dez. 2012.

BUFREM, L. S.; PRATES, Y. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, maio/ago. 2005.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPURRO, R. Epistemologia y ciencia de la información. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANCIB, 2003.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2007.

CASTILHO, I. **Judith Butler**: Queer para um mundo não binário. 2015. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/brasil/judith-butler-queer-para-um-mundo-nao-binario/>>.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Gênero**, Niterói, v. 5, n. 2, 1. sem. 2005.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, Frankfurt, v. 20, n. 4, 1993.

DIAS, C. da C. A análise de domínio, as comunidades discursivas, a garantia da literatura e outras garantias. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 25, n. 2, maio/ago. 2015.

DIAS, K. C. O; LIMA, F. R. A. de. Levantamento das produções sobre mulheres e relações de gênero nos artigos de periódicos em Ciência da Informação. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 15., 2012, Cariri. **Anais...** Informação e sociedade: a importância da biblioteconomia no processo de preservação da memória documental. Cariri: UFC, 2012.

FOX, M. J.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; MILANI, S. O. A interseccionalidade e o respeito às pessoas na organização do conhecimento. In: ALVES, M. A.; GRÁCIO, C. C. G.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. (Orgs). **Informação, conhecimento e modelos**. Campinas: Unicamp; Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência; Marília: Oficina Universitária, 2017. p. 239-253.

FOX, M. J.; OLSON, H. A. Feminist epistemologies and knowledge organization. In: LEE, H.; SMIRAGLIA, R. (Eds.). **Cultural frames of knowledge**. Wurzburg: Ergon Verlag, 2012.

FREITAS, J. L. et al. A pesquisa sobre o fazer pesquisa: uma análise de citação da literatura periódica em ciência da informação. **Novas Práticas em Informação e Conhecimento**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 38-49, jan./jun. 2014.

GLÄNZEL, W. Analysis of co-authorship patterns at the individual level **TransInformação**, Campinas, v. 26, n. 3, p. 229-238, set./dez., 2014.

GLÄNZEL, W. **Bibliometrics as a research field**: a course on theory and application of bibliometric indicators. Bélgica, 2003.

GRÁCIO, M. C. C.; OLIVEIRA, E. F. T. de. A pesquisa brasileira em estudos métricos da informação: proximidade entre pesquisadores de destaque e áreas afins. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 27, n. 2, p. 105-116, maio/ago. 2017.

GRACIO. M. C. C.; OLIVEIRA, E. F. T. de. Produção e comunicação da informação em CT&I – GT7 da ANCIB: análise bibliométrica no período 2003/2009. **Liinc em**

Revista, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, março 2011.

GUIMARÃES, J. A. C. Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 41 n. 1, jan./abr., 2014.

GUIMARÃES, J. A. C. et al. A dimensão conceitual da organização do conhecimento no universo científico da ISKO: uma análise de domínio a partir dos congressos da ISKO-Brasil, ISKO-Espanha, ISKO-América Do Norte e ISKO-França. **Scire**. V. 21, n.2, 2015.

HEILBORN, M.; SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, S. (Org.) **O que ler nas ciências sociais brasileiras (1975-1995)**. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: Eleven approaches - Traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v. 58, n. 4, jan. 2002.

HJØRLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.

LETA, J. As Mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003.

LETA, J.; THIJS, B.; GLÄNZEL, W. A macro-level study of science in Brazil: seven years later. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 18, n. 36, jan./abr., 2013.

LINTON, R. Rumo a um método feminista de pesquisa. In: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

LOPES, M. M.; PISCITELLI, A. Revistas científicas e a constituição do campo de estudos de gênero: um olhar desde as "margens". **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.e., set./dez. 2004.

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, 1998.

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, maio/ago. 2008.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MOORE, K. M. Women's access and opportunity in higher education: toward the twentyfirst century. **Comparative Education**, v. 23, n. 1, 1987.

MORAES, M. L. Q. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. In: **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v. 1, n. 11, 2000.

MUGNAINI, R.; CARVALHO, T.; CAMPANATTI-OSTIZ, H. Indicadores de produção científica: uma discussão conceitual. In: Población, D.; Witter, G. P.; SIVA, J. F. M. **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. SP: Angellara, 2006.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, set./dez. 2006.

NASCIMENTO, D. M.; MARTELETO, R. M. A “informação construída” nos meandros dos conceitos da teoria social de Pierre Bordieu. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out. 2004.

NEGRÃO, T. Feminismo no plural. In: TIBURI, M.; MENEZES, M. M.; EGGERT, E. (Orgs.) **As mulheres e a filosofia**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

NÓBREGA, M. Entenda os diferentes feminismos [online]. **Pandora Livre**, ago. 2015. Disponível em: <<http://pandoralivre.com.br/2015/08/26/entenda-os-diferentes-feminismos/>>.

NORONHA, D. P.; MARICATO, J. de M. Estudos métricos da informação: primeiras aproximações. **Encontros Bibli**, Florianópolis, abr. 2008.

OLINTO, G. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 5, n. 1, jul./dez. 2011.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento**: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2006.

PINHO, F. A. **Fundamentos da organização e representação do conhecimento**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

PISCITELLI, A. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. M. (Org). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH - Unicamp, 2002 (Coleção Textos Didáticos).

RIBEIRO, D. **As diversas ondas do feminismo acadêmico**: os diferentes momentos dos estudos acadêmicos voltados às questões da mulher e um desafio do momento atual. 25. nov. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/escriptorio-feminista/feminismo-academico-9622.html>>.

ROCHA, P. **Manifestantes contra e a favor de Judith Butler protestam no Sesc Pompeia**. 7 nov. 2017. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,judith-butler-protesto-sao-paulo,70002075046>>.

SANTOS, B. de S. **A construção multicul-tural da igualdade e da diferença.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 4 a 6 de set. (Conferência), 1995.

SANTOS, B. de S. S. **O Direito dos oprimidos.** Coimbra: Almedina, 2015. (Sociologia Crítica do Direito).

SCAVONE, L. Estudos de gênero e feministas: um campo científico? In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 31., 2007, Caxambú/MG. **Anais...** Caxambú/MG, 2007. p. 1-23.

SCAVONE, L. Perfil da REF dos anos 1999-2012. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 2, maio/ago. 2013.

SCHIEBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade.** Porto Alegre, v. 16, p. 5-22, 1990.

SEMIDÃO, R. A. M. **Dados, informação e conhecimento enquanto elementos de compreensão do universo conceitual da Ciência da Informação:** contribuições teóricas. 2014. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2014.

SILVA, C. Desafio das publicações feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 2, maio/ago. 2013.

SILVA, J. L. C.; GOMES, H. F. Conceitos de informação na Ciência da Informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 145-157, jan./abr. 2015.

SILVA, S. V. da. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. **Biblio 3W:** Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales, Barcelona, n. 262, nov. 2000.

SMIRAGLIA, R. P. Domain coherence within Knowledge Organization: people, interacting theoretically, across geopolitical and cultural boundaries. In: ANNUAL CAIS/ACSI CONFERENCE, 39., June 2-4, 2011, Canada. **Proceedings...** Canada: University of New Brunswick, 2011.

SPINAK, E. Indicadores cientimetricos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, 1998.

TAGUE-SUTCLIFFE, J. An introduction to informetrics. **Information Processing & Management**, v. 28, n. 1, p. 1-3, 1992.

VANZ, S. A. de S.; CAREGNATO, S. E. Estudos de citação: uma ferramenta para entender a comunicação científica. **Em questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, jul/dez. 2003.

VANZ, S. A. de S. **As redes de colaboração científica no Brasil (2004-2006)**. 2009. 204 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

VELHO, L.; LEÓN, E. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 10, 1998.

APÊNDICES

[illegible]

Apêndice B – Termos específicos encontrados em cada uma das grandes áreas do Tesauro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres, nos artigos da Revista Estudos Feministas (2001-2016)

GRANDE ÁREA: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Termos encontrados:

Ciência – cultura
Epistemologia
Física
Informática
Ocupações técnicas e científicas – Engenharia
Ocupações técnicas e científicas - ocupações na saúde
Pesquisa – academia
Pesquisadores

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS NATURAIS E SAÚDE

Termos encontrados:

Aborto
Adultos idosos – envelhecimento
AIDS – comportamento sexual
Aleitamento
Anemia falciforme
Atletas
Câncer de mama
Comportamento sexual
Direitos reprodutivos
Doenças sexualmente transmissíveis
Drogas e tóxicos - dependentes de drogas
Envelhecimento
Ética médica – aborto
Gravidez tardia – tecnologias reprodutivas
Morte
Mutilação genital - violência contra mulheres
Paternidade
Planejamento familiar – anticoncepção
Pré-natal
Psicologia analítica – terapias
Saúde reprodutiva
Sexualidade – impotência
Tecnologias reprodutivas

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS SOCIAIS E CULTURA

Afetividade – amor
Antropologia – cultura
Casamento – estilos de vida
Ciência política – teoria política
Divisão sexual do trabalho doméstico
Drogas e tóxicos - dependentes de drogas
Ecofeminismo
Emigração
Esportes
Estigmas
Estudos de gênero, classe e raça
Estudos de gênero, classe e raça – raça
Estudos latino-americanos
Famílias – relações familiares
Feminino, o
Feminismo – movimentos sociais
Feminismo – teoria feminista
Herança – filiação
Herança – relações de parentesco
Homossexualidade
Homossexualidade – heterossexualidade
Identidade – sexualidade
Imagem de corpo - imagens de mulheres
Imigração – cidadania
Masculinidade
Maternidade
Militância – movimentos sociais
Parentalidade
Patriarcado
Política do corpo
Política do corpo – poder
Prostituição
Prostituição - doenças sexualmente transmissíveis
Psicologia analítica – teoria psicanalítica
Punição – sentenças judiciais
Raça – mulheres negras
Relações familiares
Relações público/privado
Relações público/privado - relações igreja/estado
Sexo – comportamento sexual
Sexualidade
Sexualidade – identidade
Sexualidade masculina
Sistemas de crença - crenças religiosas

Sociologia da religião
Turismo
Violência contra crianças
Violência contra mulheres
Violência doméstica
Violência sexual

GRANDE ÁREA: COMUNICAÇÃO, ARTES E ESPETÁCULO

Anúncios e comerciais – publicidade
Cinema
Comunicação – meios de comunicação de massa
Filmes - desenho animado
Imagens de mulheres - indústria cinematográfica
Imagens de mulheres – telenovelas
Imprensa – revistas
Indústria cinematográfica – imagens de mulheres
Jornalismo – escrita
Música
Pintores

GRANDE ÁREA: ECONOMIA E EMPREGO

Agricultura
Articulação trabalho/família – relações familiares
Comerciários
Condições sócio-econômicas
Cooperativas
Divisão sexual do trabalho – papéis de gênero
Empregadas domésticas
Emprego – mobilidade ocupacional
Ocupações extrativistas e na agricultura - pesca
Prostituição
Trabalho doméstico
Zona rural – colonato

GRANDE ÁREA: EDUCAÇÃO

Currículo – cursos
Discriminação – desigualdade
Educação física
Educação sexual
Educação superior
Escolarização

Estudos de gênero
Estudos de gênero, classe e raça – raça
Formação de professores
Professores
Relações de gênero - divisão sexual do trabalho doméstico

GRANDE ÁREA: HISTÓRIA E MUDANÇA SOCIAL

Ação comunitária – movimentos sociais
AIDS
Bem-estar social – assistência social
Conservadorismo
Direitos das crianças - custódia da criança
Estudos étnicos – imigração
Estudos indigenistas
Estudos latino-americanos
Feminismo marxista
Feminismo radical
Gênero – relações de gênero
História da arte
História do feminismo
Imagens de mulheres - imagem de corpo
Indumentária – artes visuais
Liberalismo
Liberdade
Mães da Praça de Maio
Mitologia – cultura popular
Modernismo
Movimento feminista
Movimento internacional de mulheres
Movimentos de mulheres
Movimentos nacionalistas
Movimentos sociais rurais
Movimentos sociais rurais - ligas camponesas
Relações entre gerações
Relações entre gerações – relações familiares
Teoria feminista
Teoria feminista - feminismo liberal
Teoria política
Teoria política – feminismo

GRANDE ÁREA: LEI, GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Aborto
Adoção
Benefícios sociais
Benefícios sociais - pobreza
Benefícios sociais - renda
Casamento - legislação sobre a família
Crime - drogas e tóxicos
Crimes contra mulheres
Crimes contra mulheres – violência contra mulheres
Crimes contra mulheres - violência doméstica
Crimes - violência
Direitos civis
Direitos das mulheres
Direitos dos portadores de deficiência
Direitos humanos
Direitos reprodutivos
Direitos sociais - estado de bem-estar
Dominação - opressão sexista
Greve – sindicatos
Igualdade de oportunidades
Legislação da educação - políticas de educação
Militância
Mulheres na política
Paz - movimentos pela paz
Política - partidos
Políticas públicas
Pornografia
Raça - mulheres negras
Saúde pública – políticas de saúde
Segurança pública
Sentenças judiciais
Teoria política - teoria feminista
Violação dos direitos humanos – discriminação sexual

GRANDE ÁREA: LINGUAGEM, LITERATURA, RELIGIÃO E FILOSOFIA

Análise do discurso
Análise literária
Dramaturgia - teatro
Escrita - cartas
Escritores
Escritores – críticos
Filosofia - existencialismo
Filósofos

Iconografia – artes visuais
Imagens de mulheres - iconografia
Imagens de mulheres – indústria cinematográfica
Linguagem - gramática
Linguística
Literatura – imagens de mulheres
Literatura brasileira
Misoginia - violência contra mulheres
Ocupações nas artes, na mídia e no espetáculo
Poesia
Romances